

	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
---	---	---

INDICAÇÃO DE MONOGRAFIA PARA BANCA

Declaro, para os devidos fins e necessários efeitos, que orientei o acadêmico (a) Tainá Souza de Brittos, no desenvolvimento de sua monografia intitulada "Ações desenvolvidas por uma universidade comunitária para o fortalecimento e permanência dos estudantes bolsistas do PROUNI", bem como indico a monografia para análise da banca examinadora.

Criciúma, 10 de maio de 2016



Thiago Henrique Almino Francisco

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

TAINÁ SOUZA DE BRITTOS

**AÇÕES DESENVOLVIDAS POR UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA PARA O
FORTALECIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES BOLSISTAS DO
PROUNI**

CRICIÚMA

2016

TAINÁ SOUZA DE BRITTOS

**AÇÕES DESENVOLVIDAS POR UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA PARA O
FORTALECIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES BOLSISTAS DO
PROUNI**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Thiago Henrique A. Francisco

CRICIÚMA

2016

TAINÁ SOUZA DE BRITTOS

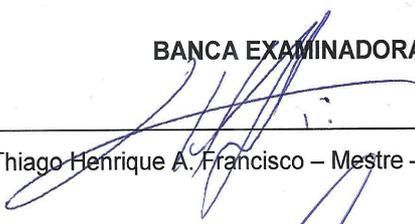
**AÇÕES DESENVOLVIDAS POR UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA PARA O
FORTALECIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES BOLSISTAS DO
PROUNI**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Thiago Henrique A. Francisco

Criciúma, 22 de Junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Thiago Henrique A. Francisco – Mestre – UNESC - Orientador

Prof. Tiago Comin Colombo - Especialista - UNESC



Prof. Andriago Rodrigues - Mestre - UNESC

CRICIÚMA

2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, agradecer por ter me dando o dom da vida, saúde e força para superar todos os obstáculos impostos, sou eternamente grata por todas as vitórias concedidas, sem ele nada seria possível.

Agradecer também meus pais, Manoel Evaristo de Brittos e Dilma Marcolino de Souza, que me apoiaram durante toda minha trajetória acadêmica, me forneceram carinho, amor, atenção, e estiveram comigo nos momentos mais difíceis, seguraram minhas mãos quando pensei em desistir. Em especial ao meu querido pai que me ensinou muito do que sei hoje, que dedica de seu tempo para me acompanhar em todos os momentos de minha vida, você é o melhor pai do mundo, minha eterna gratidão.

Ao meu namorado e amigo André Ugioni por toda paciência, compreensão, carinho e amor, por ter caminhando ao meu lado e me auxiliado a encontrar soluções quando eu mesma já não as via. Que suportou ao meu lado todos os choros, e abandonos por falta de tempo, e que me apóia em todas as minhas decisões.

Minha gratidão ao meu orientador Thiago Henrique A. Francisco, que com muita sabedoria me conduziu até aqui. Obrigada pela dedicação e competência durante a realização desta pesquisa. Seu exemplo e ensinamentos ficarão presentes em minha vida.

Por fim gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da vida acadêmica, o meu muito obrigado.

RESUMO

BRITTOS, Tainá. **Ações desenvolvidas por uma universidade comunitária para o fortalecimento e permanência dos estudantes bolsistas do PROUNI.** 2016. 76 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), permite a jovens e adultos oriundos de classes baixas o acesso ao ensino superior, acesso esse advindo de bolsas de estudo parciais ou integrais, fornecidas pelo governo federal onde a instituição que aderir ao programa terá isenções fiscais perante o mesmo. O contemplado muitas vezes mesmo com a mensalidade paga passa por dificuldades financeiras para se deslocar até a instituição, se alimentar, e também de moradia, pois em sua maioria as instituições de ensino superior ficam localizadas em grandes metrópoles, fazendo os acadêmicos se deslocarem até a mesma de ônibus ou automóvel ou em alguns casos se mudando para as proximidades da instituição. Diante disso a pesquisa tem seu objetivo voltado para essas dificuldades enfrentadas pelos estudantes, o que a universidade pode fazer perante isso, para que fortaleça a permanência dos mesmos, caracterizada como uma pesquisa acadêmica, com procedimentos técnicos de estudo de campo e de caso, de natureza básica com aplicação de documentação indireta e direta, pesquisa essa descritiva e explicativa. A população alvo foi delimitada por alunos do curso de Administração e Administração com Habilitação em Comércio Exterior, bolsistas do PROUNI sem distinção de integral ou parcial. O instrumento de coleta de dados usado foi questionários apresentados aos alunos pessoalmente. Verificou-se que a universidade não apresenta política institucional de permanência do estudante, sendo assim ficou a cargo da pesquisadora com o auxílio dos pesquisados apresentar ações, onde os mesmos responderam um total de oito questões descritivas sobre a visão deles perante a universidade e ações que poderiam ser desenvolvidas.

Palavras-chaves: PROUNI, bolsas de estudo, permanência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Estrutura do sistema educativo brasileiro.....	25
Figura 02 – Educação superior, organização acadêmica.....	28
Figura 03 – População estudantil por tipo de instituição 2000	31
Figura 04 – População estudantil por tipo de instituição 2013	32
Figura 05 – Estado civil	52
Figura 06 – Etapa de escolarização do pai	53
Figura 07 – Etapa de escolarização da mãe	54
Figura 08 – Quantas pessoas da família moram com o entrevistado.....	55
Figura 09 – Jornada de trabalho do entrevistado	56
Figura 10 –Incentivadores para o ingresso no ensino superior	57
Figura 11 – Grupos determinantes para o acadêmico enfrentar dificuldades	57
Figura 12 – Horas semanais dedicadas aos estudos.....	58
Figura 13- Motivo para escolha do curso de graduação	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de ocupação de vagas no ensino superior	20
Tabela 2 – Matrículas nos cursos de graduação censo 2014	20
Tabela 3 – Evolução na oferta de bolsas de estudo.....	39
Tabela 4 – Bolsas de estudo ofertadas	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese do deliameamento da pesquisa.....	46
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 O CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	17
2.1.1 A educação superior no Brasil: Um resgate histórico	21
2.1.2 As modalidades da educação superior no Brasil	24
2.2 OS DISTINTOS MODELOS INSTITUCIONAIS.....	27
2.3 O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	32
2.4 OS PROGRAMAS DE BOLSAS E FINANCIAMENTOS	34
2.4.1 O FIES	35
2.4.2 O Art 170: Uma iniciativa estadual	36
2.4.3 Os programas privados	36
2.4.4 O PROUNI	37
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	41
3.2 DEFINIÇÃO DE ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO	42
3.3 TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	44
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	45
3.5 SÍNTESES DOS PROCEDIMENTOS METODOÓGICOS	45
3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	46
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	48
4.1 A UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE: UM RETRATO DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA	48
4.1.1 As políticas institucionais de permanência do estudante	50
4.2 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODO (PROUNI): O PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	52
4.3 A permanência na perspectiva dos estudantes: uma visão dos usuários do PROUNI.	60

4.4 UMA AÇÃO PROPOSITIVA: FORTALECENDO A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES	64
5 CONCLUSÃO	67
REFERENCIAS	69
APÊNDICE.....	76
APÊNDICE A – QUESTIONARIO 01 APLICADO AOS BOLSISTAS.....	76
APÊNDICE B – QUESTIONARIO 02 APLICADO AOS BOLSISTAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscar retratar e compreender como o ensino superior brasileiro vem se construindo no decorrer do tempo, e quais são as políticas públicas para o ingresso de acadêmicos e para sua permanência. Tendo como órgão fiscalizador o Ministério da Educação (MEC), sendo ele responsável pela área da educação em todo o território nacional, tem em suas funções, formular e avaliar a política nacional, fiscalizar e defender a qualidade do ensino superior e velar pelo cumprimento das leis que o regem (SOARES et al., 2002).

O problema central desta pesquisa consiste na mudança do cenário nacional e o crescimento educacional significativo nos últimos anos. Incluindo a expansão da educação superior, expansão essa devida a movimentação das Instituições de Ensino Superior (IES), onde a mesma abriu espaço às classes baixas que ainda não tinha acesso à educação superior, sendo incorporados significativos contingentes das classes populares, implicando na abertura de muitas vagas nas IES (GIOLO, 2006).

Com essa mudança no cenário educacional pode-se fazer um comparativo com o ano de 1950, onde segundo Vahl (1980), os concluintes dos cursos médios, normal e técnico não tinham direito a ter acesso ao ensino superior. A partir de então, foi proporcionada uma abertura no sentido de que os cursos, normal e técnico também pudessem permitir o acesso à universidade, através de um exame de adaptação que dava aos bem sucedidos, o direito de inscrição no exame vestibular.

Giolo (2006), afirma que devido ao crescimento significativo da educação superior e o acesso das novas classes sociais, as vagas ofertadas tem aumentado. A iniciativa privada tem grande responsabilidade nesse crescimento, pois possibilitou o ingresso de grande demanda de candidatos que tradicionalmente eram eliminados em concorridos vestibulares tendo a chance de ingressar no ensino superior. Esse novo personagem dentro da instituição é, geralmente, vindo das classes populares e sua presença é detectada de modo especial na tesouraria das instituições, como inadimplente, ou nos setores de atendimento ao estudante, como candidato a alguma forma de bolsa de estudo ou de crédito educativo. Com os programas educacionais oferecidos pelo governo observa-se nas instituições grande número de

alunos sem condições de aderir á educação superior, mas que com a ajuda de bolsas de estudo vem adentrando esse meio.

Seguindo ainda a linha de pensamento de Giolo (2006), mais vagas significaram, principalmente mais matriculas e daqui a algum tempo mais vagas significarão maior ociosidade. Essa ociosidade será gerada pela reduzida demanda diante da generosa oferta, ou seja, serão muitas instituições para poucos alunos, e também pelo elevado índice de evasão dos estudantes que devido a motivos financeiros ou pessoais acabam se esvaindo do ensino superior.

O setor de ensino sofre bruscas e profundas mudanças em função dos impactos causados pela intervenção do estado, transformações tecnológicas, pedagógicas estruturais, financeiras e também de recomendações privadas (SILVA, 2008). Com a intervenção do estado os dirigentes das organizações públicas são obrigados a lutar contra limitações que não são encontradas em atividades industriais ou atividade de gestão empresarial. Espera-se dos gestores públicos, por exemplo, que lidem com metas múltiplas e contraditórias, expectativas absurdamente irrealis por parte da população e controle inadequado sobre seus próprios recursos administrativos (GRAHAM, 1994).

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Em pouco mais de trinta anos o sistema educacional passou por grandes transformações e segundo Carlos (2000), neste processo de mudanças, houve a abertura para um público socialmente diferenciado, um aumento significativo no quadro de estudantes do gênero feminino, e a entrada de alunos já integrados no mercado de trabalho.

Com essa mudança perceptível as classes baixas começam a perceber que grandes empresas, e grandes cargos pedem ou exigem graduação, e tendo em vista que todos querem uma vida confortável financeiramente buscam as universidades, antes universidades freqüentadas por pessoas de maior poder aquisitivo, tendo em vista que assim poderiam arcar com mensalidades de altos valores, e também que tinham disponibilidade e condições financeiras para investirem em cursos preparatórios para prestar vestibular, hoje universidades repletas de pessoas de todas as classes, gêneros e raças.

Observa-se que hoje as universidades são compostas de estudantes que obtiveram acesso por vestibular ou por currículo escolar, possibilitando mais oportunidades aos estudantes, e ofertando bolsas de estudos para facilitar o ingresso nas universidades, e permanência dos mesmos, desde bolsas com 20% de desconto até 100% da mensalidade paga, como Artigo 170, PROUNI, Nossa Bolsa, entre outras, e também os financiamentos que dão a oportunidade de o acadêmico começar a pagar depois de formado (SOARES et al., 2002).

E depois de tantas oportunidades ofertadas, vem um questionamento, mesmo tendo as mensalidades quitadas 100% ou não pelas bolsas o aluno consegue manter-se permanente dentro da universidade? Tendo alimentações e transportes com valores altos, tendo família para auxiliar financeiramente, ou vezes não tendo o apoio tão essencial da família, e como as universidades estão se portando diante disso, quais métodos seriam possivelmente usados para fazer esses acadêmicos permanecerem ativos na universidade, e como os alunos reagem diante de todas essas dificuldades e oportunidades que lhe são ofertadas. Portanto, esse estudo busca trabalhar sob a orientação do seguinte questionamento: **Quais as ações que são desenvolvidas por uma universidade comunitária para fortalecer a permanência dos estudantes bolsistas do PROUNI?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar as ações que são desenvolvidas por uma Universidade comunitária para fortalecer a permanência dos estudantes bolsistas do PROUNI.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a Universidade Comunitária e o curso que é objeto do estudo, com destaque para as ações relacionadas com a permanência do estudante;
- b) Apresentar o perfil social dos estudantes vinculados ao PROUNI no curso de graduação escolhido para o estudo;

- c) Analisar a percepção de estudantes usuários do PROUNI sobre as ações promovidas pela Universidade;
- d) Sugerir alternativas para fortalecer a permanência dos estudantes bolsistas do PROUNI que possam ser aproveitadas pela instituição.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa propõe uma abordagem entorno das bolsas de estudo PROUNI, projeto esse que beneficia estudantes de classes carentes que até então era excluídas das universidades, e que vem realizando sonho de milhares de jovens e adolescentes. Sendo assim observa-se a importância de uma análise mais profundo sobre o tema, propondo assim a motivação para ingressarem e permanecerem nas universidades até o fim de suas respectivas graduações.

O estudo torna-se **relevante**, pois para a pesquisadora é um grande desafio abordar um assunto tão comentado e ao mesmo tempo tão pouco esclarecido, tendo em vista que perante tantas dificuldades do cotidiano os ingressos nas universidades acabam desistindo no meio do trajeto ou até mesmo antes de começar, com isso quais ações uma universidade comunitária pode desenvolver para que um acadêmico bolsista do PROUNI permaneça na universidade, pois o mesmo pode se deparar ou conviver com dificuldades financeiras, qual papel a universidade exerce na vida desse estudante, quais projetos a universidade pode desenvolver para motivar os acadêmicos, não só os bolsistas mais também os pagantes, para proporcionar uma vida acadêmica mais confortável para todos.

Com isso o estudo possibilitara a **oportunidade** de conhecer a fundo como a universidade se porta diante dos bolsistas do PROUNI, e como os mesmos se portam diante desta oportunidade que lhe é dada. Tendo em foco descobrir qual o perfil desses bolsistas, sua classe econômica e como eles vêm se mantendo na universidade.

Por fim coloca-se que o estudo se torna **viável**, pois em meio a esse amplo quadro tem-se o dever de levantar os impactos que esse tema coloca em meio a estudantes e Instituições de Ensino Superior. Fornecendo assim um conhecimento aprofundado de um assunto parcialmente ou totalmente desconhecido por parte da população. Oportunizando aos acadêmicos colocarem seu ponto de

vista diante do papel da universidade com os mesmos. Pontuando também que os custos advindos da pesquisa serão assumidos pela pesquisadora, colocando-se a disposição do quadro do cronograma estabelecido pelo curso de Administração – Comércio Exterior da UNESC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica para Vianna (2001) tem como objetivo trazer visões de outros autores sobre o tema escolhido, criando assim o alicerce da pesquisa. Sendo assim esse se torna o principal conceito para o desenvolvimento, apresentando ideais e relacionando as mesmas com o tema escolhido.

Nas páginas a seguir serão apresentadas informações decorrentes do tema proposto, para haver um maior entendimento, usando como base outros autores.

2.1 O CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

O objetivo principal da universidade consiste na procura incondicional da verdade, apesar de ser relativa na obtenção de conhecimento, tendo em sua essência um lado racional, onde não visa a funcionalização prática (WEBER, 1985). As universidades são um dos responsáveis pelo processo de globalização do mundo, pois representam o desenvolvimento da civilização, sendo um momento crucial no decorrer da história mundial (WEBER, 1991).

Segundo Jacques Delors (1998) o ensino superior é um dos fatores de maior importância para a sociedade e para o desenvolvimento econômico. É ao mesmo tempo acumulador e criador de conhecimento, e no decorrer dos anos vem sendo o principal instrumento de transmissão de experiência tanto científica quanto cultural. O ensino superior e suas instituições atenderam cada vez mais acadêmicos, devido ao mundo em que fatores de desenvolvimento são mais importantes que recursos materiais. E devido à evolução da informação e da tecnologia, o mercado exigirá cada vez mais profissionais de grande competência, com formações em níveis superiores para atuar em seus setores.

A educação superior no Brasil merece uma atenção planejada e para a Abmes (2006) tanto o governo quanto todos os envolvidos na oferta, tem uma relação especial na construção da sociedade do conhecimento, e da informação. Sendo assim a qualidade e eficácia do ensino, repercute na economia do país elevando taxas de crescimento e empregabilidade. O progresso da nação só será almejado se as políticas educacionais e o governo caminharem juntos, em perfeita harmonia, para assim atingirem as necessidades de todos os segmentos existentes.

O avanço da Sociedade do Conhecimento vem se refletindo diretamente sobre as nações, obrigando-as à realização de ações que possibilitam efetivas transformações na educação, tanto no plano das relações ensino-aprendizagem, como no das políticas públicas, que devem, cada vez mais, incorporar estratégias visando ao enfrentamento das questões trazidas pela globalização e pelos novos cenários que se apresentam ao desenvolvimento nacional ao crescimento econômico, às conquistas sociais, à inovação e capacitação tecnológicas. Esses fatores são indispensáveis à produtividade industrial, à modernização da infra - estrutura, ao fortalecimento da capacidade empresarial e à solidez das relações internacionais (ABMES, p. 75, 2006)

Muito já se falou nesses últimos anos sobre a universidade no Brasil e no mundo, as histórias e impasses nos são apresentados com diferentes pontos de vistas, e a maior dificuldade é transformá-las. Sendo assim é importante conhecer de perto a realidade das universidades brasileiras, saber como funciona e se desenvolve perante alunos e docentes, podendo então unir forças para alcançar as transformações almejadas. Ainda assim tal mudança não se faz sozinha, é preciso associar as universidades com a sociedade, juntamente com a perspectiva política (FAVERO, 2006).

A educação no Brasil é um tema recorrente em debates de governantes, a Abmes (2006), cita que existe uma conexão entre os setores que dependem da educação e os que fornecem a educação, isso vem sendo uma base do “projeto de nação”, para que assim aja contribuição de todas as partes para o desenvolvimento. O planejamento educacional no Brasil enfrenta grandes barreiras, sendo elas desigualdade regional e social, falta de recursos financeiros, bem como descaso de governantes, e falta de perspicácia do setor privado.

Com o Brasil passando nas últimas décadas por um processo de modernização econômica, pode se notar uma grande sensibilidade as transformações internacionais, que combinado com a abertura externa e a estabilidade econômica forma uma indesejável retração da economia nacional. Com a abertura econômica do país alguns setores entraram em crise, enquanto outros vêm na abertura uma grande oportunidade de crescimento e estabilidade no mercado, utilizando da modernização e da elevação de suas produções (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Com o cenário da economia e da educação passando por grandes transformações a Abmes (2006) fala que nesse contexto de inovação juntamente com desenvolvimento integrado pede um pouco mais de atenção, pois requer uma juntura entre as áreas da educação, ciência, tecnologia, e também da industria e

serviços. Atual conjuntura requisita um aumento em investimento de pesquisas voltadas para ampliação e domínio de conhecimentos básicos e necessários para o país superar as atuais dificuldades. Entre eles se destacam as políticas governamentais, tecnologias de informação e comunicação, a elaboração de programas para modernizar os laboratórios de informática e bibliotecas, incentivo fiscais para que empresas apoiem projetos e pesquisas de laboratórios universitários, integralização de cursos de mestrado e doutorado para todos trabalharem juntos por um país mais desenvolvido.

A modificação do ensino superior vem ocorrendo devido ao fato de que nos últimos anos houve um aumento na capacidade dos cursos, docentes, e na capacidade predial, com reformas e ampliações em salas e laboratórios. (CARVALHO, 2007; DOURADO, 2008; NUNES, 2007). A expansão da educação superior e o aumento no quadro de matrículas têm vertentes que deveriam considerar de mera importância, como por exemplo, a qualidade do ensino básico, começando pela pré-escola, fornecendo aos alunos um ensino de qualidade com infraestrutura também de qualidade, fazendo a democratização do ensino superior e a justiça social (DIAS SOBRINHO, 2009).

O fato de o país viver uma situação incerta é em grande parte culpa da desigualdade na distribuição da educação, e para a Abmes (2006), isso ocorre pelo fato de toda a capacidade de produção científica ficarem em grande maioria concentrados no sul e sudeste do Brasil. E também pelos desequilíbrios entre os cursos de formação, onde alguns são disputados e outros nem tanto. Para esclarecer no ano 2004 dos 530 mil diplomados em graduações pelo país todo, apenas mil eram formados em física, sendo essa uma área de grande importância para o desenvolvimento industrial e científico.

Com a atual conjuntura do cenário empresarial, a Abmes (2006) fala que entre as empresas há uma grande competitividade, sendo essa dependente de modernas práticas gerenciais, as empresas vem priorizado a qualidade de seus quadros de funcionários, recrutando pessoas com experiência mais que acima disso tenham graduações, estudos e pesquisas em áreas específicas, para assim produzir inovações, manter o bom andamento de suas atividades e diminuir a rotatividade.

Com a grande procura por ensino superior e as limitadas vagas em faculdades públicas ouve uma grande procura pelo ensino privado, jovens vindos de classes baixas chegam às universidades (ALMEIDA et al., 2012).

Para demonstrar o crescimento das universidades brasileiras nas últimas décadas pode-se observar no quadro abaixo o número de ocupação no ensino superior entre os anos de 1990 – 2002 (CORBUCCI, 2004):

Tabela 1 – Taxas de ocupação de vagas no ensino superior

OCUPAÇÃO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR 1990 – 2002				
IES	1990	1995	1999	2002
Públicas	81,4	88,7	96,3	95,0
Privadas	80,8	81,5	78,7	62,6

Fonte: INEP/MEC/ PAULO CORBUCCI, 2004.

Do ano de 2002 passa-se a observar o ano de 2014 onde segundo o censo podemos observar que houve grande crescimento no número de matrículas em graduações presenciais e a distancia, isso devido há uma grande modificação nas universidades brasileiras, que sobe orientação do MEC e com ajuda de projetos educacionais democratizaram o acesso ao nível superior (CORBUCCI, 2004):

Tabela 2 – Matrículas nos cursos de graduação censo 2014.

MATRICULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E A DISTANCIA, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO E A CATEGORIA ADMINISTRATIVA DAS IES – 2014	
Universidades Públicas	1.961.002
Federais	1.180.068
Estaduais	615.849
Municipais	165.085
Universidades Privadas	5.867.011

Fonte: MEC/ENEP/DEEP Censo 2014

A expansão no ensino superior brasileiro ocorreu devido ao aumento em grande escala das instituições privadas, da expansão de seus cursos e na oferta de vagas. Tendo um setor público com vagas limitadas, levou mais de dois terços dos estudantes a ingressarem no ensino superior privado. Estudantes esses que em função das dificuldades financeiras acabam ingressando no ensino superior após terem uma instabilidade financeira. (ALMEIDA; ARAUJO; AMARAL; DIAS, 2012).

Portanto, para que a educação possa contribuir, de fato, na redução das desigualdades sociais, tornam-se necessárias políticas ativas de financiamento que favoreçam o rompimento do círculo vicioso entre educação e renda, que se estabelece de forma tão marcante na sociedade brasileira (CORBUCCI, p. 699, 2004).

2.1.1 A educação superior no Brasil: Um resgate histórico

Para Oliven (2002), o desenvolvimento do sistema de educação superior, no Brasil, pode ser considerado um caso incomum no contexto latino-americano. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades na América, sendo essas instituições religiosas, que recebiam a autorização do Pontífice, através de Bula Papal, que é composta por um documento pontifício lacrado. O Brasil não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde.

A partir do século XIX segundo Oliven (2002), as primeiras faculdades brasileiras eram Medicina, Direito e Politécnica sendo elas independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitizada, sendo dominada por pessoas de grande influência. Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições com foco no ensino e na pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder era baseada em cátedras vitalícias, ou seja, cátedras vitalícias eram aqueles que dominavam um campo de saber, e denominavam seus assistentes, permanecendo no topo da hierarquia até o fim da vida.

Logo após o surgimento das primeiras universidades Oliven (2002), cita que a capital Distrito Federal situou-se no meio da guerra que defrontavam diferentes grupos que protegiam distintos projetos de universidades brasileiras, Em poucos anos, foram criadas três universidades que expressaram diferentes ideologias entre educadores, políticos e líderes religiosos da época. Os principais pontos da discórdia relacionavam-se, ao papel do governo federal como desenvolvedor de normas do ensino superior e, a atuação da Igreja Católica como formadora do caráter elite brasileira. Em 1935 o então Diretor de Instrução do Distrito Federal Anísio Teixeira, criou, através de um Decreto Municipal a Universidade do Distrito Federal, voltada especialmente à renovação e ampliação da cultura e aos estudos desprovidos.

Mesmo enfrentando falta de recursos econômicos, as atividades de pesquisa foram estimuladas com o aproveitamento de laboratórios que já existiam e o apoio de professores simpáticos com a causa. Essa foi uma vitória do grupo de educadores, liderados por Anísio Teixeira, aprendiz de Dewey e grande defensor da escola pública gratuita e para todos. Em função de seu posicionamento fanaticamente liberal, Anísio não contou com apoios que dessem sustentabilidade a seu projeto universitário (OLIVEN, 2002).

A Universidade do Distrito Federal foi, também, muito criticada pelos setores conservadores ligados à Igreja Católica, os quais temiam a influência negativa do liberalismo norte-americano, materialista, individualista e protestante, sobre os valores católicos, humanistas e personalistas, considerados essenciais na cultura brasileira (OLIVEN, 2002, p. 29)

Contrariando o Distrito Federal, Oliven (2002), fala que o estado de São Paulo construiu naquela época, um projeto político, ao qual se referia a criação de uma universidade de alto padrão acadêmico e também científico. Devido a uma grande crise econômica do café, o estado perdera todo poder perante a política nacional. Fernando de Azevedo foi um dos líderes do projeto, que recebeu todo o apoio do governo estadual e do jornal de maior influência da época, O Estado de São Paulo, por ser o estado com maior poder aquisitivo desenvolveu e pôs em prática o projeto da sua própria universidade pública estadual, onde ficariam livres do controle do governo federal.

Criada em 1934 a Universidade de São Paulo contou com o apoio de pequenas, tradicionais e independentes faculdades da região, e ali se originaram cursos de filosofia, ciências e letras, contando com professores e pesquisadores de outros países, em sua grande maioria Européia. A Universidade de São Paulo se tornou um grande divisor de águas na história das universidades Brasileiras. Hoje a então USP é o centro de pesquisa maior e mais requisitado do país, consolidando o ideal de seus criadores (OLIVEN, 2002).

Com o início da década de 40 e um grande avanço na rede nacional de ensino médio e na participação da mulher no mercado de trabalho, novos cursos passaram a ser freqüentados pelo sexo feminino, com o intuito de destinar-se ao magistério. No decorrer da Nova República no século XX, houve a criação de 22 universidades federais, sendo essas partes do sistema de universidades públicas federais, e também a criação de 9 universidades religiosas, 1 presbiteriana e 8

católicas. Cada estado passou a contar com uma universidade pública federal em sua capital (OLIVEN, 2002).

A partir da década de 50, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente às várias transformações que ocorrem, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, surge, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo na segunda metade dos anos 1950, com a discussão em torno da questão escola pública versus escola privada. Limitados inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país (FAVERO, 2006, p. 29)

Na década de 1960 Oliven (2002), fala que após os militares tomarem o poder as universidades passaram a ser motivo de intromissão do governo federal, houve o afastamento de muitos docentes, em sua maioria da Universidade de Brasília. Foram criadas Assessorias de Informação nas instituições de ensino, que tinham como objetivo controlar as atividades julgadas como revolucionárias vindas de professores ou de alunos. Após anos de retraimento, onde reformas universitárias eram debatidas apenas em gabinetes da burocracia estatal, em 1968 viu-se uma luz depois de uma longa penumbra, logo após a aprovação da (Lei nº5540/68) que vinham com o intuito de criar departamentos, sistemas de créditos, vestibular e cursos de pequena duração, dentre outras coisas.

Após a reforma universitária em 1968, Favero (2006) conta que houve o surgimento de propostas para a reformulação das instituições universitárias no Brasil. No início da década de 80 parte dos docentes das universidades começam a perceber que os problemas vão além de aspectos técnicos, mas também envolve questões de caráter acadêmicos e políticos, estabelecendo assim uma análise e um tratamento mais profundo com o assunto.

Com um salto de 20 anos, a educação passa por grandes mudanças, houve uma grande expansão no ensino superior. Dados do ministério da educação (MEC) apontam que no ano de 1995 as vagas em universidades públicas era correspondente a 39,8% e 6 anos depois no ano de 2001 essas vagas caíram para 30,2%, já no setor privado houve um aumento de 9,6%. Com a ampliação da educação básica houve uma demanda maior de vagas em universidades, sendo

requeridas por classes média e de baixa renda (CAMARGO, 1999; DAUSTER, 2003; MOEHLECKE, 2004, p. 42; ALMEIDA, 2009).

Já nos anos 2000, mudanças ocorreram nas políticas de acesso ao ensino superior voltadas para os segmentos socialmente mais desprovidos. Nas universidades públicas, políticas de cotas e sistema de pontuação (bônus). No setor privado, a partir de 2005 surge o Programa Universidade para Todos (PROUNI), um sistema de bolsas para os alunos mais pobres. A grande mutação foi o uso do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, como método seletivo para o ensino superior em ambos os setores, seja para as vagas do PROUNI (em 2004), seja, por meio do Sisu, o Sistema de Seleção Unificada², para as vagas das universidades federais (em 2010). O fato a destacar é que a ampliação do ensino superior brasileiro ocorrida nos últimos anos teve e tem como via prioritária a educação privada lucrativa, uma resultante do caminho peculiar frente a outros países ao redor do mundo que os vários governos, desde o regime militar, elegeram para ampliar o acesso à universidade. Conforme apontam pesquisas sobre o perfil do aluno do setor privado lucrativo, a maioria dos estudantes possui forte vínculo com o trabalho, notadamente para sustento pessoal, sustento de outros entes familiares ou mesmo para auxílio no orçamento doméstico. Logo, no Brasil, mais do que o estudante que trabalha, predomina o trabalhador que estuda. (SPOSITO; ANDRADE, 1986; HIRANO *et al.*, 1987; SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000; TARTUCE, 2007; COMIN; BARBOSA, 2011).

Durante o governo de Luiz Inacio Lula da Silva, o país passou por um processo de redução da desigualdade de renda entre as classes sociais, tirando mais de 30 milhões de pessoas da linha da pobreza. Com a população saindo de classes emergentes, multiplicaram as notícias e alguns autores classificaram essa mudança como a “nova classe média brasileira” (NERI, 2011; SOUZA, 2010).

Um dos desejos dessa nova classe social segundo Almeida (2015) é a aquisição do diploma de ensino superior, vindos de escolas públicas com ensinamentos desvalorizados a classe C emergente busca no diploma a elevação do nível social, os tornando objeto de disputa entre os grupos educacionais.

2.1.2 As modalidades da educação superior no Brasil

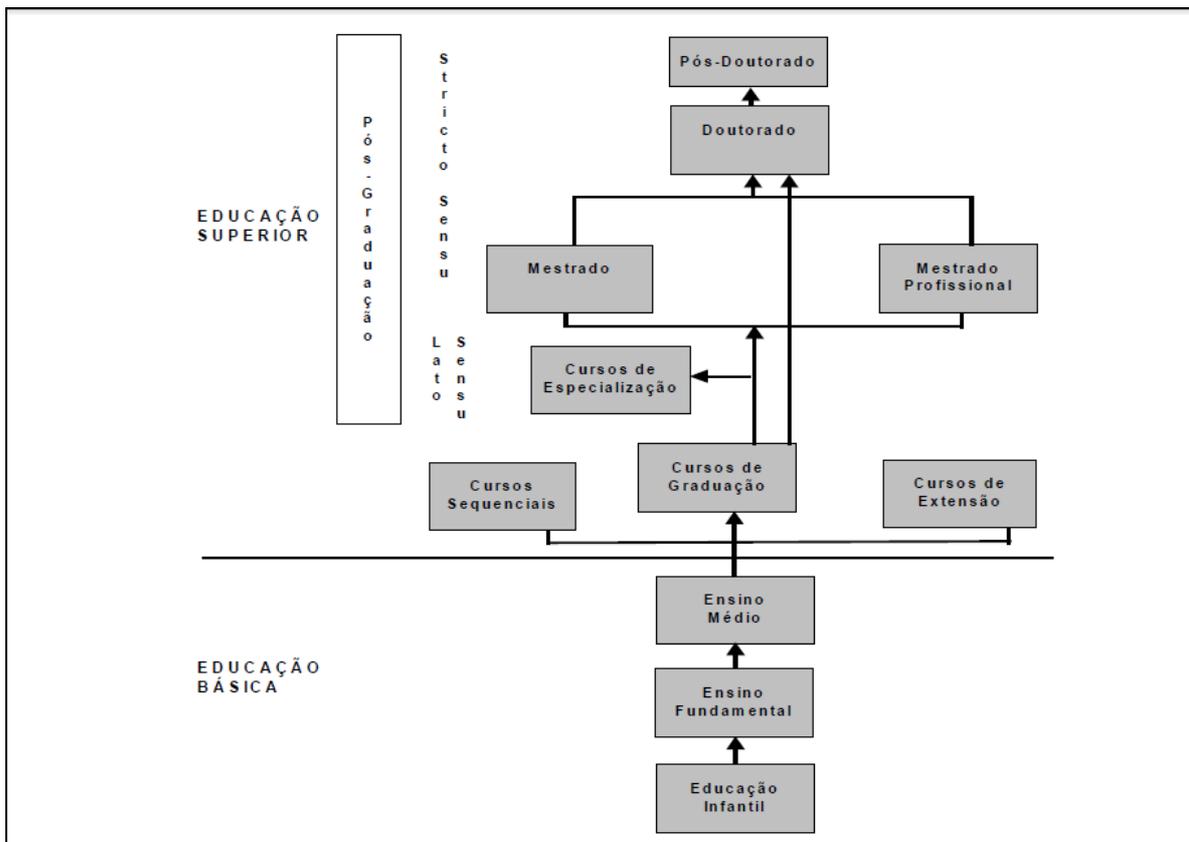
No Brasil a educação superior pode ser classificada em instituições públicas e privadas com variações de cursos e programas, abrangendo uma diversidade de níveis de ensino (SOARES *et al.*, 2002).

Com todas as mudanças sofridas no ensino superior, a constituição veio para regularizá-las, intercedendo por aluno e professores, estabelecendo fundamentos que devem ser cumpridos por todas as instituições no âmbito brasileiro. Fazendo assim as instituições atuarem de forma correta para transferir

para a sociedade um serviço de qualidade, mantendo um padrão entre as mesmas, tendo liberdade para tomadas de decisão sujeita apenas ao cumprimento da legislação educacional e autorização do poder público. (ABMES, 2006).

Segundo Neves (2006), com os princípios gerais já estabelecidos pela constituição, o sistema educacional se reformulou e estabeleceu os níveis escolares, modalidades e finalidades, conforme ilustrado na figura 1 (SOARES et al., 2002):

Figura 1 – Estrutura do sistema educativo brasileiro.



Fonte: A educação superior no Brasil 2006

Desse modo abaixo consta as características dos níveis e cursos de educação superior segundo Soares et al. (2002):

- a) Cursos de graduação são ofertados a quem tenha concluído o ensino médio e obtido classificação em processo seletivo;
- b) Pós-graduação é cedida a candidatos diplomados nos cursos de graduação, e pode ser separada em duas modalidades: *stricto sensu*: sendo essa a que engloba programas de mestrado e doutorado, visando o aprofundamento do conhecimento, obtendo diploma para o

encaminhamento do aluno a ser mestre ou doutor. Já a *lato sensu*: fornece cursos de especialização com duração máxima de 360 horas, sem a obtenção de diploma;

- c) O mestrado é uma das etapas para a obtenção do grau de doutor, mesmo não sendo condição obrigatória de entrada. Exige dissertação em alguma área que exponha o domínio e a concentração do estudante, para assim conceder o diploma de mestre.
- d) Doutorado compõe o segundo nível de formação depois da pós-graduação, tendo como base uma formação mais ampla e profunda de temas científicos e culturais, com duração mínima de dois anos o doutorado exige apresentação e defesa de tese, com aprofundamento em áreas que tenham real contribuição para o conhecimento, conferindo assim ao graduado o diploma de Doutor.
- e) Já os cursos seqüenciais demandam menos tempo de formação, não tendo caráter de graduação, aberto a candidatos que se enquadrem nos requisitos pré-estabelecidos pelas instituições de ensino, tendo como propósito qualificações técnicas, com foco em áreas intelectuais, científicas e humanas.

O ensino de pós-graduação é regulado por um conjunto de regras determinadas pelo Ministério de Educação. Todas as instituições têm que obedecê-las para que suas propostas sejam consideradas. Além disso, os cursos passam por avaliações periódicas. No caso dos mestrados e doutorados, o controle é feito pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As propostas recebidas pelo órgão são avaliadas de acordo com a área em que se enquadram. Para um curso ser autorizado, é necessário ter um corpo docente cientificamente produtivo, um projeto consistente e integrado e condições estruturais adequadas a seu funcionamento. São imprescindíveis bibliotecas e laboratórios, professores doutores em número suficiente, não apenas com doutorado, mas cientificamente produtivos. A Capes recebe atualmente cerca de 500 novas propostas por ano, mas apenas 25 da demanda é aprovada. Após sua autorização os cursos de mestrado e doutorado passam por uma avaliação trienal e recebem notas que vão de 1 a 7. Os cursos com notas 1 e 2 em qualquer requisito são reprovados. Quanto ao fechamento de cursos, em 2001 a avaliação da Capes fechou 5% dos cursos e em 2004 2% dos mesmos (SILVA, p. 182, 2008)

As modalidades de ensino são divididas em três categorias, ensino presencial onde o acadêmico apresenta 75% de presença em aulas e avaliações, semi-presencial onde no transcorrer do curso o aluno tem que comparecer na instituição para avaliações, entrega de trabalhos e apresentação de monografia. E a

distância sendo esse feito somente por livros, computador e artigos, apresentando um custo mais baixo no valor da graduação (SOARES et al., 2002).

2.2 OS DISTINTOS MODELOS INSTITUCIONAIS

Como modelos institucionais existem as Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas. Segundo Barreyro e Rothen (2008) é pública a instituição criada, administrada e mantida pelo poder público, já as privadas são administradas e mantidas por pessoas físicas ou jurídicas.

O processo de construção de uma universidade privada no Brasil integra uma formação sócio-cultural patrimonialista e de tradição ornamental. O pressuposto da pesquisa considera que a construção de uma Universidade privada depende, não somente das forças do Mercado, do Estado, da existência de um estrato acadêmico capacitado e motivado, mas, sobretudo, da política como instrumento facilitador de qualquer empreendimento privado (SILVA, p.5, 2008).

Os modelos institucionais públicos ou privados são classificados da seguinte maneira (SOARES et al., 2002):

- a) Particulares onde seu objetivo é a obtenção de lucro, sendo mantida por pessoas físicas ou jurídicas, e não obtendo as características semelhantes as demais apresentadas abaixo.
- b) Comunitárias são criadas em grupos, tanto de pessoas físicas, jurídicas ou também por cooperativas de alunos, pais e professores, deve ser incluso em sua mantedora representante de comunidades da sua região.
- c) Confessionais são mantidas por pessoas físicas ou jurídicas que se dispunham de ideologia e orientação de entidades religiosas.
- d) Filantrópicas não possuem como finalidade a obtenção de lucro, presta serviços e assistência à sociedade, são caracterizadas como instituições filantrópicas fundações, instituições de ensino entre outras, se dispondo ao cumprimento de obrigações para assim ter isenções fiscais junto ao governo.

Os sistemas de ensino que englobam os modelos institucionais podem ser classificados entre estaduais e municipais, sendo estadual aquele formado por instituições mantidas pelo governo estadual ou federal, e as municipais sendo aquelas mantidas por prefeituras, e com autonomia em sua tomada de decisões.

Já as instituições brasileiras são classificadas da seguinte maneira (SOARES et al., 2002):

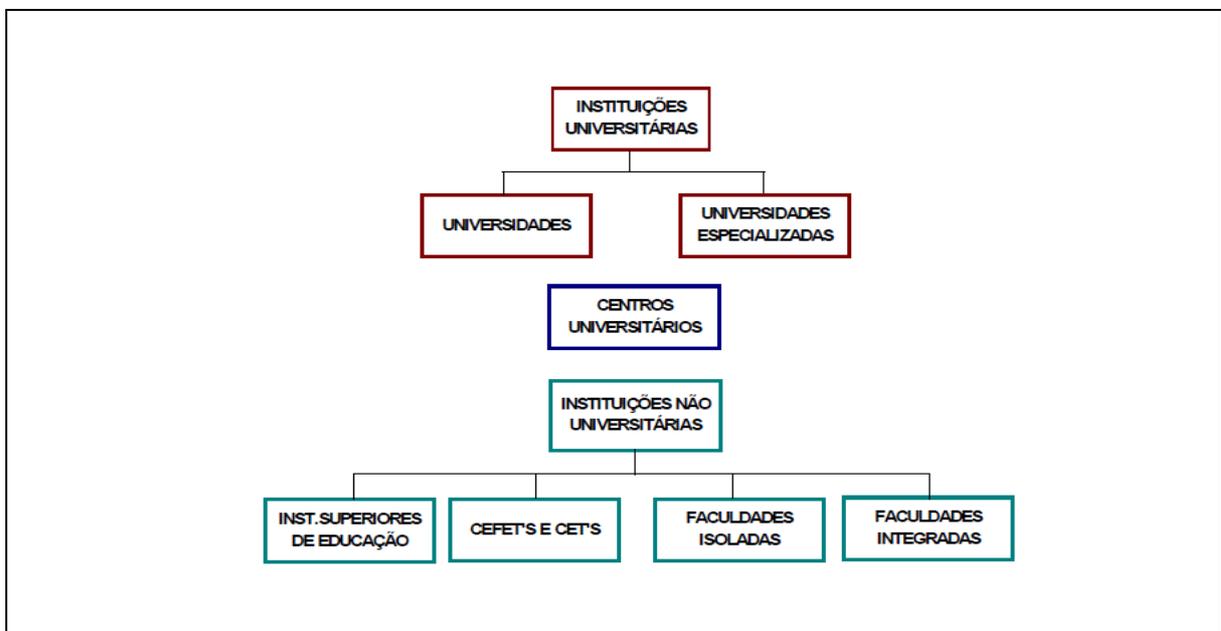
- a) Instituições autônomas segundo a constituição caminham com recursos próprios, para instituições públicas e privadas isso realmente foi posto em prática, pois as universidades privadas obtêm captação de recursos próprios. Mas no que se refere á autonomia financeira das universidades públicas ainda não houve execução do mesmo, algumas universidades estaduais como a de São Paulo e Paraná já contam com esse privilégio em estagio avançado diferente das federais.
- b) As empresarias são mantidas por grupos de empresários com fins lucrativos, instituições de tal porte são existentes apenas entre as instituições privadas.
- c) As religiosas no Brasil são denominadas como confessionais, são sempre vinculadas a uma diocese religiosa como jesuítas, salesiana, marista entre outras, ou a uma denominação religiosa como Luterana Metodista entre outras.
- d) Já as Técnicas no Brasil correspondem às universidades especializadas, com ênfase para áreas de engenharia e tecnologias, sua concentração fica nos Centros de Educação Tecnológica e federais os CEFET'S e CETS'S.
- e) As militares têm ligação com órgãos como exercito e aeronáutica no Brasil não existe universidades militares, apenas institutos ligados a eles.

Com modelos institucionais definidos Soares et al. (2002), fala que foram criados mais dois tipos de instituições brasileiras as universidades especializadas, e os centros universitários, sendo universidades especializadas aquelas com atividades voltadas a áreas especializadas como é o caso de instituições que se especializam na saúde, educação, ciências agrárias, tendo todo o seu ensino e pesquisa voltados para a mesma, formando assim profissionais de nível superior especializados. Apenas instituições de grande primor em sua área podem ser credenciadas como universidades especializadas. Já os centros universitários podem ser classificados como:

Os Centros Universitários: configuram-se como uma nova modalidade de instituição de ensino superior pluricurricular (criados a partir do Decreto nº 3860/01). Caracterizam-se pela oferta de ensino de graduação, qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico proporcionadas à comunidade escolar. Estes Centros, tanto quanto as universidades, gozam de algumas prerrogativas de autonomia, podendo criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos já existentes. Não estão obrigados a manter atividades de pesquisa e extensão. Os centros universitários são criados somente por credenciamento de IES já credenciadas e em funcionamento regular (SOARES et al., 2002).

Para exemplificar os modelos institucionais Soares et al. (2002) usa a seguinte figura:

Figura 2 – Educação superior, organização acadêmica.



Fonte: A educação superior no Brasil 2006

Os Institutos Superiores de educação são organizados em unidades acadêmicas credenciadas as Instituições de Ensino Superior (IES), e estabelecimentos e faculdades isoladas sem vínculo com as IES, a primeira é definida por obter plano de desenvolvimento acadêmico. Já os estabelecimentos e faculdades isoladas são conhecidos por desenvolverem poucos cursos, focando e se especializando no mesmo (SOARES et al., 2002).

Para Soares et al. (2002) as universidades são classificadas como centros de pesquisa e extensão, denominadas pluridisciplinares, tendo como obrigatoriedade em seu corpo docente professores com títulos de mestre e doutor. As universidades têm autonomia para criar e dizimar cursos e programas, aumentar ou diminuir o quadro de vagas ofertadas, fazer contratações e desligamentos de

professores e funcionários, podendo também receber doações de entidades e empresários.

Em um contexto geral as universidades são responsáveis pelo processo de desenvolvimento econômico e social de um país, e tem o objetivo de formar profissionais de grande competência para atuarem no mercado de trabalho (SILVA, 2008).

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SOARES et al., 2002).

Para Soares et al. (2002) os Centros de Educação Tecnológica e os Centros Federais de Educação Tecnológica os CEFET'S e CET'S, são definidos como instituições voltadas a educação profissional, com o objetivo de formar profissionais qualificados para atuarem em diversos setores da economia, e também realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços. Tanto os CEFET'S quanto os CET'S dependem da autorização do poder judiciário para desenvolver e colocar em prática novos cursos superiores, fazendo assim parte das instituições não universitárias.

Os CEFET'S oriundos de cinco estados brasileiros sendo eles, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Minas Gerais, não sofreram com as restrições decretadas pelos CET'S, exemplo disso é o CEFET do estado do Paraná que disponibiliza cursos de doutorado até os dias de hoje (SOARES et al., 2002).

Sendo assim em toda e qualquer instituição de ensino é importante ter uma flexibilidade e diversidades de cursos concedidos, oferecendo novas estruturas curriculares, e conteúdos programático sendo essa a delimitação de uma área do conhecimento humano que será abordada em determinado evento. Em contrapartida as instituições devem fornecer cursos de cunho inovador, suprimindo assim demandas limitadas, e disponibilizando nos mercados profissionais devidamente qualificados para atuarem, possibilitando uma grande mudança no segmento educacional brasileiro (ABMES, 2006).

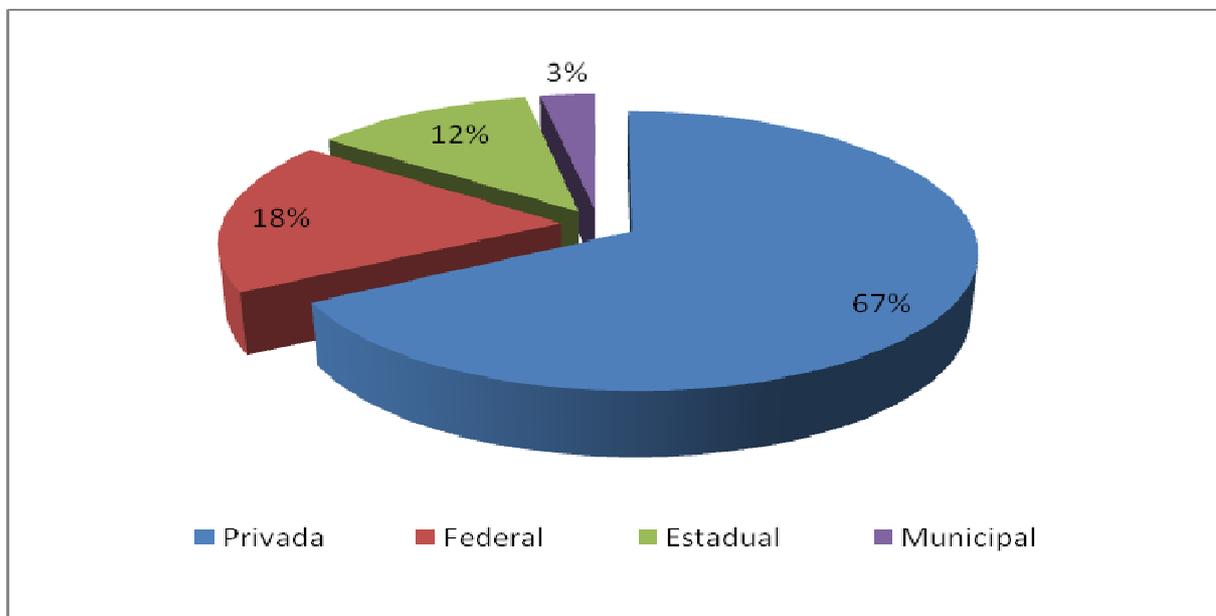
Observa-se que os desafios enfrentados no ensino superior brasileiro na visão de estudantes e docentes que constroem projetos em IES privadas nascem pela falta de tratamento democrático apresentado pelo Ministério da Educação (MEC), onde as IES públicas têm ganhado o foco do governo, deixando de lado as IES privadas que sofrem todos os dias com velhos problemas, ampliando assim a

crise sofrida pelo setor. Com o ensino superior público sendo classificado como de qualidade altíssima, sobra ao ensino privado à categoria de ensino depreciativo, passando a imagem de que o ensino privado é voltado apenas à obtenção de lucro, carente de qualidade de ensino (ABMES, 2006). Com isso as IES privadas estão investindo em outros atrativos para ingresso e permanência de alunos, como por exemplo, isenção de pagamento de vestibular, descontos significativos em alguns cursos, novas formas de ingressos, como pelo uso do histórico escolar, e também instalando unidades em cidades de interior, onde se encontra grande demanda de interessados em ensino superior (SOARES et al., 2002).

Em respeito aos serviços prestados pelas IES privadas, que possibilitaram o crescimento do número de vagas e resolveram uma grave questão, possibilitando o acesso a milhares de candidatos ao ensino superior, excluídos pela limitação de vagas das IES públicas, o MEC deveria tratar de forma igualitária as instituições (ABMES, p24, 2006).

Para exemplificar essa demanda no ensino superior privado a figura 01 abaixo demonstra a porcentagem de alunos matriculados em instituições de ensino superior no ano de 2000 (SOARES et al., 2002).

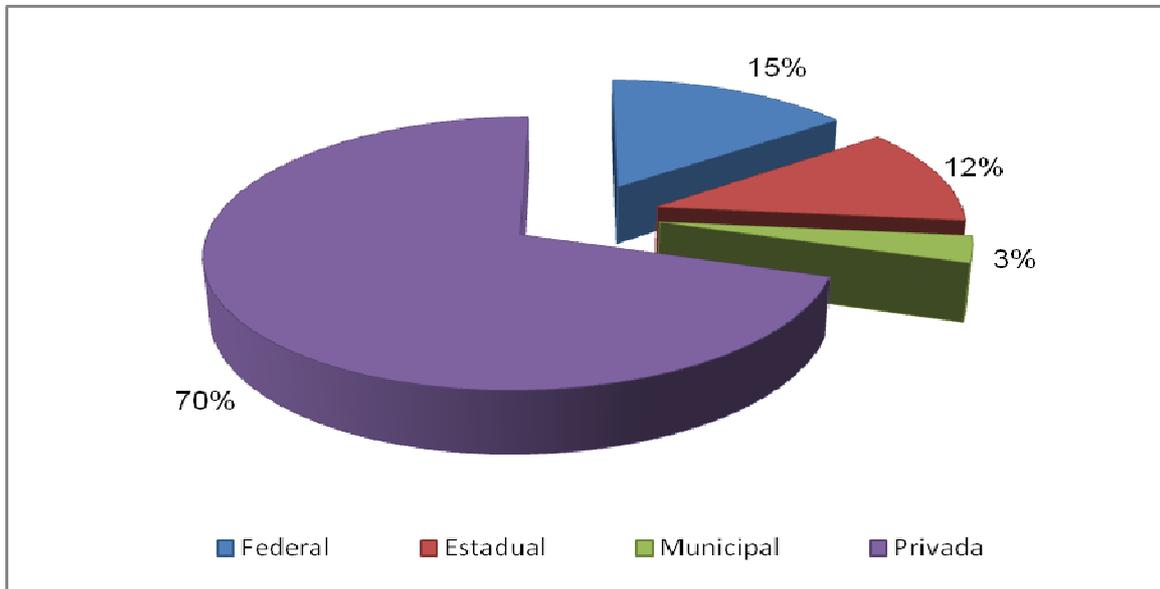
Figura 3 – População estudantil por tipo de instituição 2000.



Fonte: INEP (www.inep.gov.br), 2000.

A figura 02 segundo o Censo (2013) demonstra a população estudiantil matriculada em instituições de ensino superior no ano de 2013:

Figura 4 – População estudiantil por tipo de instituição 2013.



Fonte: Elaborado pelo acadêmico (Censo, 2013).

Notasse que a procura pelo ensino privado só aumentou nos últimos anos e como meta para os próximos o ensino superior pretende atingir o dobro de estudantes matriculados, vale ressaltar a grande importância das IES privadas no desenvolvimento e expansão do ensino superior brasileiro (ABMES, 2006).

A privatização da universidade é um processo em curso, visível no número de matrículas do setor privado (70%) e nas matrículas do setor público (30%) do ensino superior (FERREIRA, p 33, 2011).

Tanto uma quanto a outra deveria receber mais recursos para colocar em prática projetos científicos e de pesquisa, e assim trabalharem juntas. Os projetos desenvolvidos de maior relevância em IES privadas poderiam ser analisados pelos órgãos responsáveis tanto nacionais quanto estaduais, estimulando assim alunos e professores para o desenvolvimento estudiantil (ABMES, 2006).

2.3 O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para Caôn e Frizzo (2010), a democratização do ensino vem sendo assunto nas últimas décadas entre a população. O ensino superior vem sofrendo

mudanças desde a reforma universitária em 1968, nos últimos anos, por exemplo, o governo levou seu foco para o ensino propondo políticas públicas e programas, possibilitando o acesso de jovens e adultos de classes baixas ao ensino superior.

Segundo Zainko (2009) a partir de 1996 houve um aumento significativo nas matrículas do setor público de ensino, dando um primeiro passo para a expansão da educação superior, mas o grande precursor da ampliação foi dado pela iniciativa privada. Porém para Boneti e Gisi (2007) esse aumento não seria suficiente para garantir que as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) fossem cumpridas, pois não garantiriam o acesso da população de baixa renda.

A desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos (ZAGO, 2006).

As dificuldades de ingresso e permanência no ensino superior são imensuráveis, desde o vestibular até a finalização da graduação se tem um longo caminho para percorrer, nas últimas décadas houve a criação de programas para solucionar tais problemas. Mas no ano de 2006 o ingresso no ensino superior mesmo possuindo excelente currículo escolar era de difícil acesso, de um total de 27 alunos apenas 4 tinham algum tipo de reprovação nos ensinos básicos. Mesmo com esses indicadores positivos existem várias barreiras para o acesso e permanência desses alunos como, por exemplo, vestibulares com bastante concorrência, onde as vagas são disputadas por um número altíssimo de pessoas, dificuldade de deslocamento até a instituição, onde em sua maioria ficam situadas em grandes centros urbanos, falta de incentivo tanto da família como dos governantes, isso sem contar com as dificuldades financeiras enfrentadas, colocando o acadêmico dividido entre o trabalho e o ensino superior (ZAGO, 2006).

O Plano de Desenvolvimento da educação (PDE) nasceu para promover e democratizar o ensino superior e segundo Caôn e Frizzo (2010) o plano trouxe também os seguintes objetivos: construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicação da pobreza em todo o país, redução das desigualdades sociais, regionais, raciais, ou qualquer outro tipo de discriminação como por cor, sexo, idade entre outros. Para se colocar em prática os objetivos a PDE conduziu algumas ações desenvolvidas especialmente ao ensino superior, sendo as seguintes:

- a) Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- b) Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES);

- c) Programa de Bolsa Institucional de Iniciação á Docência (PIBID);
- d) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (Reuni);
- e) Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- f) Programas de cotas;
- g) Programas pré-vestibulares gratuitos.

Nesse contexto houve a criação de políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior, possibilitando jovens e adultos de classes baixas a entrada e permanência em instituições privadas e públicas de ensino (CAÔN; FRIZZO, 2010).

2.4 OS PROGRAMAS DE BOLSAS E FINANCIAMENTOS

Os programas de bolsas e financiamentos vieram para ajudar alunos oriundos de classes baixas a entrarem na universidade, mas segundo Tavares (2008) nem sempre isso é suficiente, pois a democratização do ensino trouxe consigo o insucesso acadêmico e o abandono do mesmo por motivos variados.

Nas últimas décadas houve grande expansão da educação superior no Brasil, alguns aspectos importantes desse crescimento foram o aumento no número de instituições, cursos, vagas, matrículas e também aumento de pessoas devidamente graduadas. O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso trouxe uma elevação nas taxas de crescimento educacional, com foco no aumento das instituições privadas, já o governo Lula-Dilma manteve o crescimento em ritmo moderado, levando seu foco para as instituições federais e programas de ingresso de estudantes financeiramente carentes (RISTOFF, 2014).

Segundo Corbucci (2004) as iniciativas da reforma da educação superior se iniciaram no primeiro ano de mandato do governo Lula, onde foram temas de debates a situação em que se encontrava o ensino superior.

Com a expansão das políticas públicas houve um grande aumento da demanda educacional, e com isso foram criados mecanismos de entrada e permanência de alunos no ensino superior, alguns exemplos são: bolsas de estudo, créditos estudantis entre outros (CARVALHO, 2014).

2.4.1 O FIES

Com o setor privado ofertando grande número de vagas foi criado no ano de 1999, o Fundo de financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), onde era destinado a alunos com poucos recursos financeiros, oriundos de classes baixas. Criado para substituir o Crédito Educativo o FIES tornou-se acessível e financiável, ao contrario do seu antecessor (CORBUCCI, 2004). O orçamento anual do FIES no ano de 2002 era de 200 milhões, permitindo apenas 53 mil novos contratos a cada ano, não suprimindo as necessidades de crescimento da demanda solicitada (SOARES et al., 2002).

Segundo o Ministério da Educação - MEC (2016) o FIES é um programa criado para financiar a graduação de alunos matriculados em cursos superiores. Fornecendo um financiamento com uma taxa de juros reduzida que no ano de 2010 era de 3,4% ao ano, e a partir do segundo semestre de 2015 houve uma mudança passando a ser 6,5% ao ano, isso devido a ajustes com o cenário econômico do país, para que assim o programa continue em pleno funcionamento.

O Programa de Financiamento Estudantil – FIES, criado através da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 tem como objetivo auxiliar estudantes em situação econômica menos privilegiada na realização de curso de graduação não-gratuito, devidamente cadastrado no programa e com avaliação positiva nos processos realizados pelo Ministério de Educação (SOARES, p.165, 2002).

O Ministério da Educação – MEC (2016) fala também que após a conclusão do curso o aluno tem 18 meses de carência, pagando uma parcela máxima de R\$150,00 a cada três meses, ao final desse período o aluno poderá dividir o saldo total em até 12 anos, facilitando assim a entrada e permanência de alunos nas instituições de ensino superior, pois dá a oportunidade do profissional se colocar no mercado para depois começar a efetuar os pagamentos.

O FIES hoje é fundamental para a sobrevivência de grande parte do setor privado, como previsto o setor passará por grandes dificuldades no futuro, como elevados índices de evasão, o número de ingressos não suprirá o total de vagas ofertadas, e também a crescente inadimplência. Por isso será cada vez maior a procura por financiamentos. O FIES conta com uma grande insuficiência de recursos, tendo como maior agente financeiro a Caixa Econômica Federal, onde a mesma não desempenha seu papel de forma correta, como o crédito é concedido as

instituições e não aos alunos cresce as dívidas do setor privado junto a órgãos governamentais (SOARES et al., 2002).

Para Soares et al. (2002), a maior concentração de beneficiários do FIES encontra-se nas regiões sul e sudeste sendo essas as mais ricas do país, os cursos mais procurados por alunos que querem fazer o financiamento são Direito e Administração.

2.4.2 O Art 170: Uma iniciativa estadual

O artigo 170 é um recurso financeiro estadual que segundo o AMPESC (2016) foi dado início no ano de 1999 e tem como objetivo prestar assistência financeira a alunos matriculados em cursos do ensino superior, no estado de Santa Catarina. O recurso é concedido em sua maioria para alunos oriundos de classes baixas, onde os mesmos entram em uma lista, que usa como critério de escolha a renda familiar, e também concedida a pessoas com deficiência.

No artigo 170 da constituição estadual consta que o estado fornecera anualmente, na forma da lei complementar, auxílio financeiro aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, que estejam legalizadas e em pleno funcionamento no Estado de Santa Catarina. Os parágrafos subsequentes falam que os recursos fornecidos as instituições não serão inferiores a 5% do mínimo constitucional, e serão repartidos entre as mesmas que cumprirem os critérios fixados em lei.

Segundo a UNESCO (2016) o governo estadual repassa recursos para as instituições privadas, ficando a sobre responsabilidade da mesma a distribuição, organização e divulgação entre os acadêmicos. Os recursos enviados do governo estadual cobrem 40% das mensalidades dividido em 6 parcelas, e para pessoas com deficiência a cobertura é total dividida também em 6 parcelas.

2.4.3 Os programas privados

Segundo o Mundo Vestibular (2016) um dos programas privados existentes é o crédito universitário ou também chamado crédito estudantil, que tem o intuito de fornecer financiamento a alunos sem condições de arcar mensalidades de

um ensino superior, financiando o valor semestral ou total tendo obrigação pagar o valor com juros e no prazo como qualquer empréstimo bancário.

Um dos programas privados existentes é o Pravaler crédito universitário que segundo o Pravaler (2016) é o maior programa de financiamentos estudantis, o mesmo tem como objetivo aumentar a entrada de alunos no ensino superior, fornecendo um financiamento facilitado e sem burocracias. Em sua gestão encontram-se bancos e entidades privadas que desde 2006 formam parcerias com instituições de todo o país.

Já o Santander (2016) fornece aos acadêmicos intercâmbios, bolsas de estudo, financiamentos, prêmios por pesquisas voltadas para a inovação, e projetos empreendedores, e também estágios remunerados em clientes e parceiros do banco. Tudo isso se deve ao fato de que a instituição está voltada para a educação superior, vendo nesta um investimento com retornos lucrativos.

2.4.4 O PROUNI

O PROUNI, Programa Universidade para Todos segundo Segenreich (2009) foi criado no ano de 2004 como medida provisória, e se tornou lei no ano de 2005, com o intuito de fornecer bolsas de estudos para alunos de instituições privadas vindos de classes baixas, o PROUNI oferece descontos parciais ou integrais na mensalidade. O programa veio para solucionar a escassez de ofertas no ensino superior e também como parte do Plano Nacional da Educação sendo esse uma forma do governo acelerar compromissos junto ao ensino superior, como meta o Plano de Ensino tem que até o final da década aumente em 30% a oferta para alunos com faixa etária entre 18 e 24 anos, e também que diminua as desigualdades sociais entre regiões do Brasil.

Para Ferreira (2011) os principais motivos para o governo dar início ao programa foram à pequena porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos ingressos em ensino superior, sendo menor ainda o número de alunos advindos de classes baixas, com o ensino privado tendo uma grande quantidade de vagas ofertadas sem alunos preenchendo-as, com isso viu-se no PROUNI a possibilidade de haver democratização no ensino privado fazendo assim mais de 300 mil novos estudantes em um prazo de cinco anos.

Segundo Ferreira (2011) os critérios para escolha dos beneficiados são as seguintes:

- a) Renda familiar de até um salário mínimo e meio por componente da família, contam-se como componentes pessoas relacionamentos ao estudante como pais, madrasta, padrasto, avô (ó), filho (a), irmão (ã), cônjuge, fazendo assim o mesmo concorrer á bolsa integral. Se a soma for maior que um salário mínimo e meio e menor ou igual a três salários mínimos o estudante pode ser beneficiado com uma bolsa parcial de 50% a 25% da mensalidade;
- b) Ter cursado o ensino médio em escola pública ou na condição de bolsista em escola particular;
- c) A nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano anterior deve ser de no mínimo 45 pontos, estando inclusas nessa nota redação e questões objetivas.

Como critério qualificador de concessão de bolsas do PROUNI o ENEM segundo o Inep (2011) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar os estudantes concluintes do ensino médio, no ano de 2009 passou a ser usado como instrumento de seleção para ingresso no ensino superior, utilizado por instituições federais e privadas.

Com o ensino básico passando por um grande déficit de docentes, o PROUNI veio priorizando a formação de professores da rede pública, ofertando cursos de licenciatura e pedagogia, para assim qualificar o magistério, resultando em melhorias na educação básica brasileira (SEGENREICH, 2009). Para Ferreira (2011) além de ofertar os cursos citados acima o PROUNI veio para atender também portadores de deficiência, negros e indígenas.

Assim sendo, integrando as políticas de expansão da educação superior, com foco na ampliação do acesso às universidades públicas e particulares o PROUNI é um programa do governo Lula que objetiva a democratização do acesso ao ensino superior tendo como público alvo estudantes mais vulneráveis em relação á renda, das camadas populares ou de estratos da baixa classe média, cujos critérios de elegibilidades e prioridades são o rendimento per capita e o estudo em escolas públicas ou privadas na condição de bolsistas integrais (FERREIRA, p 44, 2011).

Para manter-se beneficiário do programa segundo Segenreich (2009) o aluno deverá apresentar 75% de aproveitamento acadêmico a cada semestre cursado, ou seja, a cada semestre o estudante poderá reprovar em no máximo duas matérias, podendo recorrer ao coordenador institucional para que o mesmo ouça o

professor responsável pela disciplina, ficando assim sobre responsabilidade da instituição a exclusão do aluno.

Para Carvalho (2006) o PROUNI é um dos maiores programas estudantis fornecidos pelo governo, já nos primeiros anos de execução o mesmo possibilitou a entrada de milhares de jovens e adultos ao ensino superior, nos anos de 2005 e 2006 o número de contemplados foi o seguinte:

Tabela 3 – Evolução na oferta de bolsas de estudo.

VAGAS OFERTADAS NO PROUNI						
	Bolsas 2005			Bolsas 2006		
	Integrais	Parciais	Total	Integrais	Parciais	Total
Brasil	71.905	40.370	112.275	98.698	39.970	138.668

Fonte: PROUNI/MEC apoud Carvalho (2006).

Já no ano de 2015 mais de dez anos depois segundo o MEC (2016), os números de vagas ofertadas aumentaram gradativamente, tendo um aumento de 11% a mais, comparado ao ano anterior, na tabela abaixo se encontra o total de alunos contemplados no primeiro semestre de 2015.

Tabela 4 – Bolsas de estudo ofertadas.

VAGAS OFERTADAS NO PROUNI			
	Bolsas 2015		
	Integrais	Parciais	Total
Brasil	135.616	77.497	213.113

Fonte: PROUNI/MEC.

Para aderir ao PROUNI a instituição deve assinar o termo de adesão, tendo esse prazo de vigência de 10 anos, a mesma fica encarregada de fornecer bolsa integral proporcional a 10,7 estudantes pagantes matriculados regularmente. Como benefício a instituição terá isenção de tributos, ficando isenta de pagamento de imposto de renda tanto de pessoa física como jurídica, contribuição social sobre lucros líquido CSLL, contribuição social para financiamento de seguridade social

CONFINS, e também contribuição para o programa de integração social PIS, o total deve atingir 8,5% da receita total da instituição (FERREIRA, 2011).

O SINAES hoje é o órgão avaliador e regularizador do programa, tendo como instrumento de avaliação o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), onde o mesmo avalia o rendimento dos alunos matriculados em cursos de graduação, avaliação essa feita por meio de provas aplicadas aos alunos no meio ou final do curso, a prova é composta de áreas do conhecimento como ciências humanas, exatas, biológicas, saúde, entre outras. Até julho de 2007 as instituições que tivessem três avaliações ruins eram automaticamente excluídas do sistema, mais a partir do mesmo ano o presidente Luiz Inacio Lula da Silva sancionou uma lei onde determinava que com apenas duas avaliações ruins uma instituição já poderia ser excluída, mudança essa feita, pois o ENADE é aplicado a cada três anos o que significava uma demora para a exclusão de até seis anos (FERREIRA, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são a percepção da ciência para compreender o mundo contemporâneo, mesmo que em sua maioria não se pretendam se tornar propriamente um cientista é importante compreender minimamente como funciona esse conhecimento e como se aplica em nosso dia-a-dia, tendo como objetivo esclarecer o assunto e compreender esse universo tão complexo (APPOLINÁRIO, 2006).

Acredita-se que todo o conhecimento obtido pelos métodos científicos é mais explícito do que o obtido por senso comum, sendo o senso comum um conhecimento acumulado ao longo da vida, formado por experiências vivenciadas, portanto podemos definir um procedimento metodológico como um conjunto de passos que devem ser usados para atingir determinado objetivo (APPOLINÁRIO, 2006).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento da pesquisa tem o objetivo de detalhar os processos utilizados no desenvolvimento do trabalho, trata-se de um plano de idéias e princípios que o pesquisador utiliza para o desenvolvimento do mesmo (APPOLINÁRIO, 2006).

Costuma-se dizer que a ciência nos explica como quase tudo funciona, e ciências quantitativas nos fornecem uma precisão muito maior. Uma pesquisa científica pode ser quantitativa de várias maneiras, com isso quantitativa significa que o pensamento se baseia em características claras e diretas, e na percepção e compreensão humana. Já abordagem qualitativa pode realizar o primeiro reconhecimento da pesquisa. Sendo assim ela estimula e deixa livre os entrevistados a darem suas opiniões pessoais, mostrando tudo de uma forma espontânea (STAKE, 2011) Conclua-se então que está pesquisa se desenvolveu de forma qualitativa.

Sendo assim pode-se classificar este trabalho de pesquisa na área de ciências sociais aplicadas como, descritiva e explicativa. Sendo descritiva, pois delimitará determinada população, realizando estudo ou análise junto á interpretação

de fatos do cotidiano, tendo como finalidade observar métodos técnicos sem aprofundamento em seu conteúdo. É explicativa, pois o objetivo é justificar e explicar a razão de tal fenômeno, esclarecendo determinados fatores que levam a uma precisa situação.

Como meio de investigação tem-se o estudo de caso que apresenta um problema sem estruturação e sem solução pré-definida, fazendo assim o acadêmico desenvolver um empenho maior em cima do mesmo. Pode se por em prática em pequenos e grandes itens, como empresas, pessoas, entre outros, com imensa profundidade e riqueza nos detalhes (VERGARA, 2009).

Segundo Gil (2008), o estudo de campo procurar se aprofundar em apenas uma realidade. É realizada por observações em determinados grupos de estudo, e também em entrevistas com pessoas que vivenciam a realidade estudada. A pesquisa apresentada será em forma de estudo de campo e estudo de caso.

Para complementar, a autora também utiliza a classificação proposta por Souza, Fialho e Otani (2007), apresentando os parâmetros de classificação e os tipos da pesquisa que neste trabalho foram utilizados. A pesquisa está classificada como pesquisa acadêmica que segundo os autores é um estudo pedagógico, realizado em instituições de ensino superior que buscam o entendimento.

Já a técnica empregada tem por meios a documentação indireta e documentação direta, sendo a indireta toda pesquisa documental, e direta toda pesquisa de campo ou de laboratório. Segundo Ferreira (2007), a documentação indireta pode ser classificada como fontes primárias e secundárias, sendo primárias toda fonte compilada na ocasião pelo próprio autor e secundárias toda fonte transcrita de fontes até então primárias.

A natureza da pesquisa se classifica de forma básica, sendo essa importante para gerar conhecimentos novos para o desenvolvimento da ciência, mais que não tem previsão de ser posta em prática (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007).

3.2 DEFINIÇÃO DE ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO

Segundo o Portal MEC (2015), o PROUNI, Programa Universidade para todos tem o objetivo conceder bolsas de estudos integrais ou parciais nos cursos de graduação nas instituições de ensino superior privadas. O programa teve início no

ano de 2004 pelo governo federal e oferece as instituições participantes isenção de tributos fiscais. O programa é voltado para estudantes que concluem o ensino médio em escolas públicas ou que sejam bolsistas integrais no ensino particular, com renda máxima de três salários mínimos, os estudantes são selecionados por meio da nota tirada no Exame do Ensino Médio – Enem, com um sistema totalmente informatizado e imparcial na escolha dos contemplados.

Pode-se afirmar que para o Portal MEC (2015), o PROUNI já atendeu mais de 1,4 milhões de estudantes em todo o Brasil, sendo que o programa ainda conta com ações conjuntas para incentivo à permanência do estudante na universidade, como estágios em órgãos federais como a Caixa Econômica e também o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies que fornece a oportunidade do estudante bolsista financiar o restante da graduação que não foi coberta pelo programa. Todos esses programas vêm contribuindo para o acesso de jovens e adultos de classes médias e baixas a terem acesso ao ensino superior.

Tendo como objetivo de estudo o curso de graduação Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, segundo o Portal Unesc (2015), o curso de Administração tem a formação voltada ao empreendedorismo, tem como sua proposta formar profissionais aptos a exercerem seu conhecimento nas mais diversas áreas de uma organização, tendo um mercado de trabalho amplo, e obtendo o conhecimento de planejar, organizar, controlar, liderar e desenvolver uma organização, seu objetivo central é buscar resultados minimizando esforços da equipe e de recursos para garantir o retorno de maneira sustentável, e com responsabilidade social.

Nesse sentido, a pesquisa utilizou a amostragem por acessibilidade que segundo Mussukado e Nakatani (2009) é considerada um dos menos rigorosos processos, pois os elementos podem ser selecionados, para ter acesso apenas ao material necessário, tornando possível o estudo. Considerada uma pesquisa não probabilística, que segundo Levine et al., (2008) se aplica quando não é selecionado os indivíduos ou os itens participantes, onde a probabilidade de pertencer a amostra selecionada é desconhecida para o pesquisador.

A pesquisa foi aplicada com 30 estudantes que são usufrutuários das bolsas do PROUNI nos cursos de Administração, e Administração com Habilitação em Comércio Exterior, sem a distinção das bolsas parciais ou integrais. Após o questionário aplicado, cinco estudantes foram selecionados a partir dos princípios da

amostragem teórica, ensejada por Strauss e Cobrbin (2005), para que fossem entrevistados a partir de um roteiro semi-estruturado.

3.3 TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Na coleta de dados se vê a necessidade de esclarecimento sobre os dados primários e secundários, segundo Mattar (2005, p 159) os dados primários são aqueles que ainda não foram coletados, eles são pesquisados com o objetivo de atender necessidades em volta da pesquisa. Já os dados secundários são coletados e analisados com o propósito de serem usados para o desenvolvimento da pesquisa, se baseando em fontes primárias como, por exemplo, filmes, novelas, documentários, entre outros, sendo de natureza qualitativa os dados da pesquisa se classificam como primários e secundários.

Para Gil (2010) os dados da amostragem por mais que sejam estudados, não possibilitam um preciso conhecimento das variáveis pesquisadas, nem sempre é possível ter as informações de todos os componentes da sociedade, limitações são impostas durante todo o tempo e trabalhar com amostras facilita a pesquisa, pois pode se usar uma pequena parte dos elementos que compõe todo o processo da mesma.

Na prática essa situação se torna mais complexa, pois nem sempre é possível ter acesso a população que se deseja estudar, por isso é necessário dar continuidade a pesquisa utilizando parte da população que está acessível na ocasião (COSTA NETO, 1977).

Patton (1990) vê a entrevista como fator facilitador para alcançar dados de até então difícil obtenção, o propósito da entrevista é fazer o entrevistado se colocar dentro das perspectivas do pesquisador. Como técnica de coleta de dados será adotada a entrevista, que para Cezira e Bogús (2004), tem como objetivo fazer questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses amplas, abrindo um grande campo de questionamentos para o pesquisador.

A aplicação do questionário tem como objetivo conhecer o perfil dos estudantes que utilizam o PROUNI no contexto do curso de administração. O questionário conta com 14 questões que se baseiam no questionário do estudante que é aplicado no ENADE para cursos de graduação.

A entrevista semi estruturada conta com questões que deixam claro o objetivo da pesquisa, sendo apresentadas em forma de questionário com perguntas abertas e fechadas, essas técnicas são bastante utilizadas para pesquisas de mercado e de opinião, pois da liberdade ao entrevistado responder o que lhe convém. Com um roteiro também semi estruturado que conta com 8 questões para conhecer a percepção dos estudantes perante o PROUNI e as ações que o curso e a instituição já desenvolvem ou podem vir a desenvolver no futuro em prol da permanência dos estudantes, e que foi desenvolvida com 5 estudantes.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Considerando os questionários, a análise dos dados se mostra através de gráficos e quadros explicativos, com uma coleta de dados feita a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, representativos de um estudo de abordagem qualitativa, que tem como objetivo coletar dados obtendo informações de indivíduos. O pesquisador não deve mostrar sua opinião durante a coleta de informações, deve manter com uma postura indiferente para não interferir na obtenção dos dados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A análise de dados também vai considerar a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009), onde a mesma descreve a análise de conteúdo como um método concreto e operacional, usada para descrever e interpretar conteúdos de documentos e textos. Análise essa que é de grande consistência e extremamente rigorosa, sendo propícia para o aprofundamento de assuntos, trazendo para pesquisa um caminho plurifacetado produzindo sentidos e significados nas mais diversas amostragens.

3.5 SÍNTESES DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a apresentação da metodologia que compõe uma pesquisa, busca-se apresentar o caminho do pensamento e a prática exercida e apoderar-se da realidade, em que se encontram, inserida pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se baseia. O processo de apoderação e compreensão da realidade inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidos pelo pesquisador para alcançar respostas ao objetivo de estudo proposto. É a

metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe os obstáculos do caminho escolhido para compreender determinada realidade (MINAYO, 2001, p. 22).

Quadro 1 – Síntese do delineamento da pesquisa.

Objetivos Específicos	Tipo de pesquisa quanto aos fins	Meios de investigação	Classificação dos dados da pesquisa	Técnica de coleta de dados	Procedimentos de coleta de dados
Levantar da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, alunos bolsista do PROUNI	Descritiva	Documental	Secundária	Análise de dados de conteúdo	Levantamento de relatórios na universidade
Verificar o perfil dos estudantes	Descritiva	Pesquisa de Campo	Primária	Questionário e entrevista	Entrevista
Conhecer suas dificuldades como bolsistas perante a universidade	Descritiva	Pesquisa de Campo	Primária	Questionário, Perguntas Abertas/ Fechadas e Entrevista	Entrevista
Analisar os métodos que a universidade aplica para diminuição de evasão de bolsistas	Descritiva	Documental e Pesquisa de Campo	Secundária	Questionário, Análise de Dados e Conteúdo	Entrevista
Propor mudanças na universidade, e para os acadêmicos	Explicativa	Documental, Bibliográfica e Pesquisa de Campo	Primária e Secundária	Apresentação de Gráficos e quadros explicativos	Elaboração de gráficos utilizando as pesquisas feitas pelo acadêmico

Fonte: Elaborado pelo acadêmico (2015).

3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Segundo o site Conceito (2016) limitações é uma ação ou efeito que nos limita de completar um objetivo, são barreiras encontradas que nos fazem pensar em desistir, são como dois territórios separados por uma linha, onde nos deparamos

com as dificuldades e cabe a nos decidirmos seguir em frente ou permanecer onde estamos.

As limitações encontradas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa foram limitações de tempo, devido à junção de trabalho e estudo, onde em sua maioria o acadêmico passa o dia trabalhando e a noite nas instituições de ensino superior, a pressão psicológica que nos é imposta durante todo o processo, e a limitação de aprendizagem sobre normas e regras da ABNT durante toda a graduação.

Tudo isso nos faz passar por um processo cansativo e desgastante até a finalização do trabalho de conclusão de curso.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Análise de dados é composto por diferentes técnicas, teve seu surgimento no século XX, a princípio era de grande importância para propagandas e para a imprensa. Seu objetivo é apresentar de forma clara conceitos e aspectos importantes de determinado assunto, podendo assim ter uma discussão sobre seus pontos principais (CAMPOS, 2004).

Este capítulo apresenta os dados da pesquisa aplicada com acadêmicos da UNESC do curso de Administração e Administração com Habilitação em Comércio Exterior. A mesma foi aplicada em forma de questionário, distribuído em algumas salas de aula, especificamente com alunos bolsistas parcial ou integral do Programa Universidade para Todos PROUNI. Foram aplicados 30 questionários tendo o retorno completo dos mesmos. A seguir observa-se uma análise detalhada dos dados coletados, apresentando o perfil dos estudantes bolsistas.

4.1 A UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE: UM RETRATO DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Uma universidade comunitária é definida por manter um elevado nível de relação com a comunidade social. É também criada e mantida por membros da comunidade tanto estadual como municipal, tem como objetivo fornecer ensino e extensão de qualidade (SOARES et al., 2002).

A Unesc – Universidade do Extremo Sul Catarinense preza por esse mesmo objetivo, criada em junho de 1968 sobre a lei nº 697, com o nome de Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), nos primeiros anos sua sede era nas dependências educacionais já existentes na região, como o colégio Madre Tereza Michel e também na Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga – SATC, só no ano de 1974 a universidade mudou-se para o atual campus, em seus primeiros anos a até então FUCRI era constituída pelas seguintes escolas de ensino superior: Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (FACIECRI), Escolas Superiores de Educação física e Desportos (ESEDE), em tecnologia (ESTEC) e por ultimo a de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA). Até 1987 quem decidia os dirigentes da FUCRI era o poder público municipal a partir daquele ano a mesma ganhou

autonomia nas decisões, e garantiu mudanças em sua estrutura organizacional (PDI, 2013).

Situada na Avenida Universitária no bairro Universitário, Criciúma. Em 16 de outubro de 1997 a FUCRI passou a se chamar Unesc, por unanimidade de votos no Conselho Estadual de Educação, tendo ainda a FUCRI como sua mantenedora, a UNESC foi reconhecida como o campus de Criciúma, tendo como objetivo a produção, preservação e disseminação do conhecimento, por intermédio das ações voltadas para ensino, pesquisa e extensão (UNESC, 2016).

Rodeada por 45 municípios com uma população que ultrapassa 800 mil habitantes, desse total mais de 500 mil vivem em zonas urbanas. Atualmente a região sul é dividida em três eixos sendo eles AMUREL, AMREC, AMESC, Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL) é composta por um total de 18 municípios, Associação dos Municípios da região Carbonífera (AMREC) é formada por 12 municípios, já a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) é constituída por 15 municípios, até a década de 90 a principal fonte econômica da região foi à extração de carvão, quando a produção do mineral caiu se abriu portas para as mais diversas atividades produtivas, onde se deu espaço para a produção de pisos e azulejos e também do setor do vestuário. Com isso temos a região sul como um dos maiores pólos do jeans do Brasil, tanto de fabricação industrial como domiciliar. Com todo esse crescimento Criciúma se tornou o centro da educação, fornecendo escolas e ensino superior de qualidade (PDI, 2013).

A missão da Unesc ainda hoje como universidade comunitária é "Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida", e com isso a mesma só cresce e se destaca no cenário educacional (UNESC, 2016).

Como universidade comunitária a Unesc (2016) fala que seu objetivo é fornecer educação de qualidade para contribuir com o desenvolvimento do país, hoje a mesma conta com variados cursos de graduação, tecnológicos, especialização, MBA, pós-graduação, mestrado, doutorado, entre outros, constituído por um corpo docente de qualidade. Além disso a Unesc dedica tempo e espaço para as pesquisas e projetos de extensão, a universidade conta com mais de 400 grupos de pesquisa que auxiliam e solucionam problemas junto à comunidade, e também mais de 430 mil pessoas já foram beneficiadas com projetos desenvolvidos nas áreas da

saúde, educação, empreendedorismo, a Unesc ainda conta com as Clínicas Integradas da Saúde e Casas da Cidadania.

4.1.1 As políticas institucionais de permanência do estudante

As políticas de permanência dos estudantes para a UNESC (2016) têm como objetivo fortalecer o envolvimento com a comunidade acadêmica ressaltando a importância da permanência dos estudantes na universidade. É o sonho de todo acadêmico ser diplomado é até a realização do mesmo se tem um grande caminho a percorrer. A UNESC hoje não apresenta nenhuma política institucionalizada para a permanência de estudantes, porém a mesma apresenta algumas ações isoladas que vêm buscando esse tipo de ação. A universidade vem promovendo também encontros entre unidades acadêmicas e setores envolvidos no processo de permanência.

Contudo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) cita poucas coisas com relação a esse aspecto, algumas delas são: Comprometimento com o ingresso e a permanência dos alunos na graduação, por meio da qualidade de ensino, visando à redução dos índices de evasão: consiste na superação dos fatores originários da evasão, por meio da criação e implementação de estratégias e ações acadêmicas e financeiras.

Portanto, não é possível identificar nos documentos institucionais políticas de permanência de estudantes na universidade. Nesse sentido, a pesquisa vai se direcionar também por esses termos.

4.1.2 O Curso de Administração: Uma visão a partir do Projeto Pedagógico

Os cursos de administração no país tem uma história curta, comparado a outros países como os Estados Unidos onde o curso surgiu em meados do século XIX. No Brasil a formação em administração ganhou força durante a década de 30, onde se viu necessidade de pessoas com habilidades econômicas para liderarem empresas, pois o mundo passava por um momento de acelerado processo industrial (MARTINS, 1989).

Para Fiebig (2006) o Brasil conta com mais de 2.300 cursos de administração distribuídos entre diferentes instituições, ficando atrás apenas da Índia

e dos Estados Unidos. Já Kanitz (2005) fala que á algumas décadas tinha apenas 200.000 administradores formados, que ocupavam 5% dos cargos de destaque em empresas, pois em sua maioria eram mantidas por empresários que aprendiam na prática como administrar. Hoje Administração fica entre os três cursos mais escolhidas do país, concorrendo com Medicina e Direito.

O curso de administração é ofertado por mais de 65% das instituições de ensino superior brasileiras, representando 30% dos ingressos em educação superior no país, nos últimos anos a profissão de administrador tem crescido significativamente, tendo um crescimento total de 67%. Segundo o CRA/SC (2013) em todo o estado há 159 cursos de administração espalhados entre 95 instituições de ensino superior, em 2012 o número de registros no conselho foi de 17.942 mil, já no ano de 2013 teve um aumento de 4,63% passando para um total de 18.772 mil registros de profissionais (PPC, 2015).

A UNESC trouxe o curso de Administração e Administração com Habilitação em Comércio Exterior ao sul catarinense devido as grande demanda que a região solicitava, com o crescimento de setores como do vestuário, cerâmicos, e a abertura de pequenos negócios com pouco desempenho econômico mais com grande importância para o crescimento regional, e a abertura dos mercados internacionais para a região sul (PPC, 2015).

A UNESC hoje oferta o curso de administração em dois períodos sendo eles matutino e noturno, com duração média de 4 anos, a graduação é voltada para o empreendedorismo oferecendo uma formação generalizada, onde o acadêmico tem a possibilidade de trabalhar em diversas áreas e um amplo mercado de trabalho a sua espera, podendo desenvolver seu próprio negocio ou definir sua área de trabalho. Poderá obter conhecimento de planejamento, organização, capacidade para dirigir uma organização e também consolidar empreendimentos, se tornando um profissional eficaz em processos administrativos. O curso oferece participação em congressos, palestras, seminários, integração com a população e com os empresários da região, onde se bota em prática a teoria aprendida em sala de aula, incentiva também a pesquisa, extensão e bom relacionamento com a comunidade. Oferece uma infraestrutura de qualidade com laboratórios, auditório, disponibiliza também programas dentro da área administrativa. Têm em seu corpo docente professores altamente qualificados que trazem na bagagem grande experiência administrativa (UNESC, 2016).

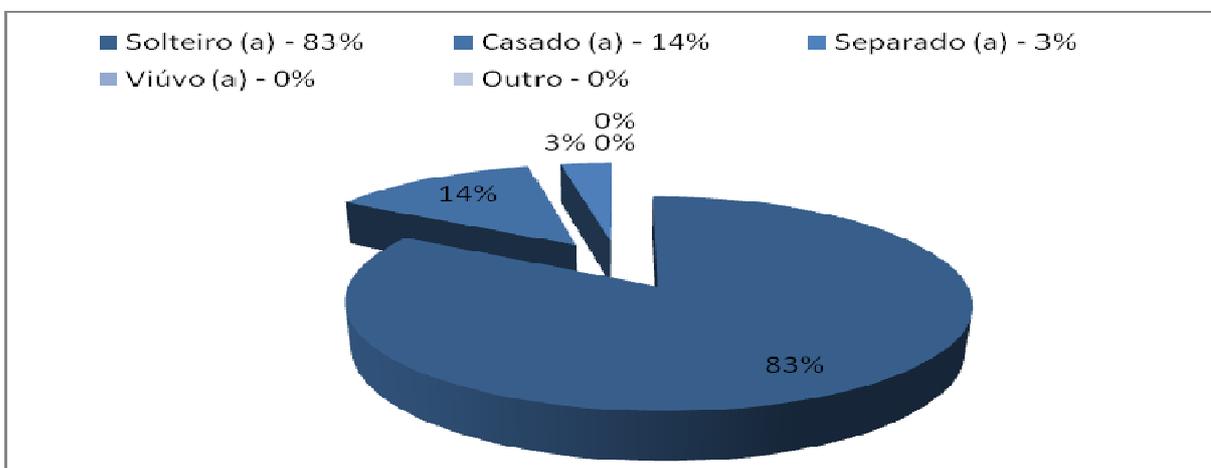
Com isso o objetivo geral do curso de administração fica pautado da seguinte maneira: “Formar Bacharéis em Administração com competências para atuar em um ambiente organizacional dinâmico e complexo, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente de inovação e competitividade” (PPC, 2015).

4.2 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODO (PROUNI): O PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Com um histórico de grandes mudanças o ensino superior hoje apresenta políticas de ampliação de acesso, dando espaço para classes emergentes. Como pano de fundo tem-se o PROUNI onde oportuniza alunos carentes a terem acesso ao ensino superior, esses alunos vêm no ensino superior ascensão social, conquista facilitada de empregos, e mudanças financeiras. Possibilitando a realização de sonhos, e renovando suas esperanças de uma vida melhor. Diante de grande desigualdade houve-se o questionamento da eficácia do PROUNI, onde mesmo com a mensalidade paga parcial ou integral o aluno ainda precisa de transporte, moradia estudantil, alimentação, materiais escolares, entre outros (FERREIRA, 2011).

O primeiro questionamento era o estado civil dos pesquisados, pode-se observar no gráfico abaixo que 83% dos mesmos são solteiros, uma pequena porcentagem de 14% eram casados e apenas 3% separado/divorciado, tendo nenhum pesquisado viúvo.

Figura 5 – Estado Civil.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

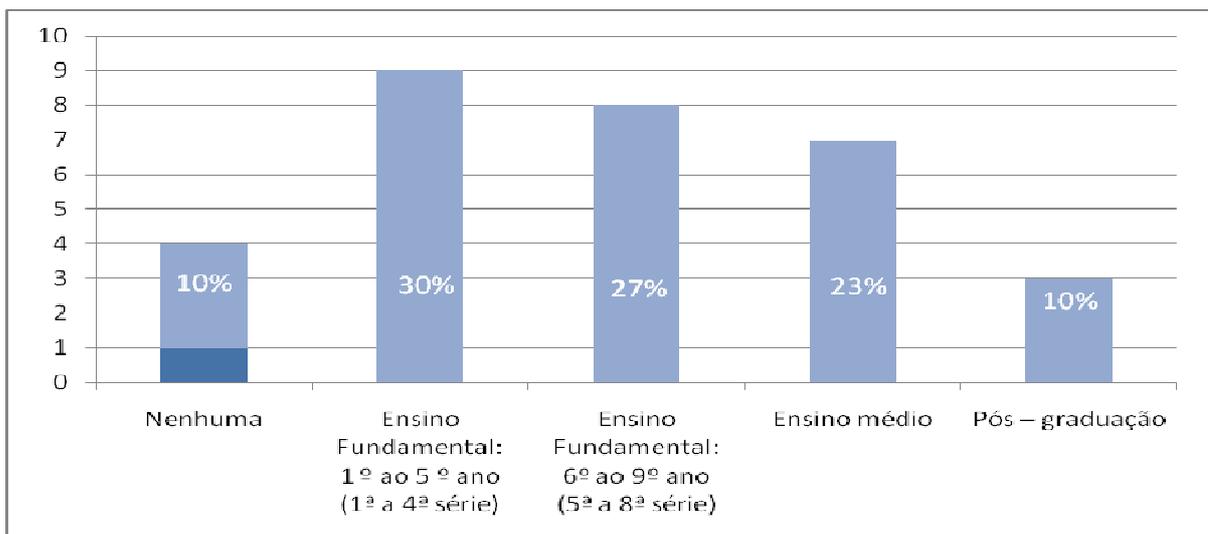
Com o crescimento das políticas públicas para o combate da desigualdade social e racial, constata-se que os mesmos são pouco representados em instituições de ensino superior, onde em sua maioria são ocupados por brancos (FERREIRA, 2011). Com isso a próxima questão tem seu questionamento voltando para a etnia do entrevistado, de um total de 30 entrevistados 24 eram brancos, 4 de etnia negra, e apenas 2 de etnia pardo/mulato. A nacionalidade dos 30 entrevistados era brasileira.

Cada nova geração que entra no mercado de trabalho o nível médio de escolaridade aumenta em relação aos pais, aqueles que tem pai e mãe com nível maior de escolaridade acabam seguindo o mesmo caminho e possuindo nível mais alto do que indivíduos com pais pouco escolarizados, a estrutura educacional da família influencia nas decisões da nova geração (REIS; RAMOS, 2011).

[...]trabalhadores com pais menos escolarizados têm as suas características individuais pior remuneradas no mercado de trabalho do que indivíduos cujos pais alcançaram níveis mais elevados de educação, diferenças essas que têm impacto sobre a distribuição de rendimentos. Importância muito maior, todavia, parece ter a enorme desigualdade educacional entre pessoas com diferentes níveis de ambiente familiar (REIS; RAMOS, 2011).

Com isso a escolaridade dos pais dos entrevistados podemos observar nos gráficos abaixo, sendo ela bastante diversificada, no caso do pai temos 30% que concluíram apenas de 1º a 4º série do ensino fundamental, e uma pequena porcentagem de 10% que são pós-graduados.

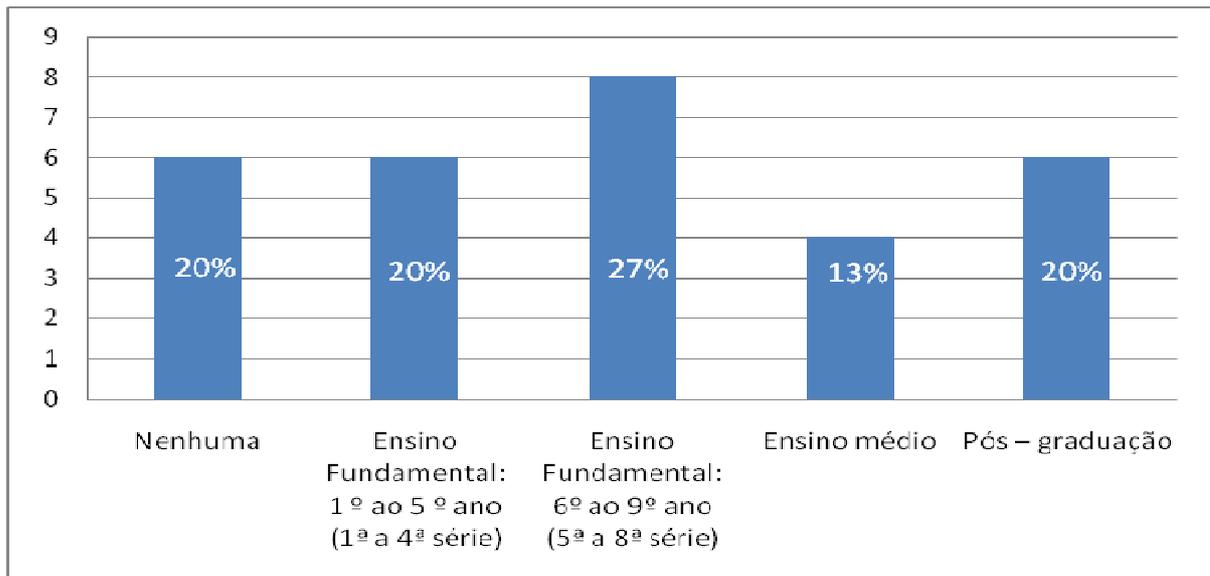
Figura 6 – Etapa de escolarização do pai.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

Já no caso das mães o número de analfabetas é de 20%, o ensino fundamental de 5º a 8º série tem um total de 27%, e o total de pós-graduadas é maior que o do pai chegando a 20%. Esses indicativos são cruciais para a permanência do aluno no ensino superior, pois é preciso do apoio dos mesmos para tornar o caminho mais fácil.

Figura 7 – Etapa de escolarização da mãe.



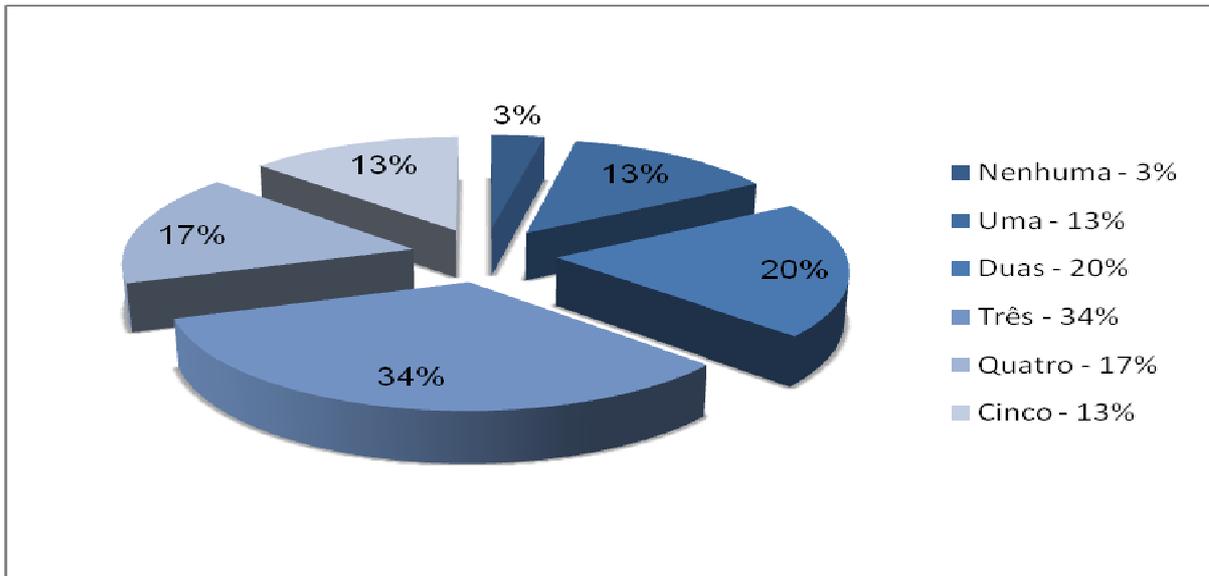
Fontes: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

As famílias brasileiras desde os anos 90 passaram por grandes transformações, houve diminuição no tamanho onde em sua maioria as famílias são compostas por pai, mãe e um filho, uma grande diversidade nos padrões até então estabelecidos. Houve também um aumento em divórcios e separações, um grande número de adultos saindo da casa dos pais para morar sozinho. Antes tínhamos esposas e filhos dependentes apenas da figura paterna hoje todos atuam no mercado de trabalho e auxiliam na renda familiar. Um dos grandes motivos dessa mudança se deu a grande presença feminina nos espaços públicos, onde acompanhada de discussões sobre seus direitos, desigualdades e feminismo a mulher fez sua presença marcante na sociedade, outra parte importante dessa mudança foi a democracia e afirmação dos direitos do cidadão que se concretiza na Constituição Brasileira de 1988 (GOLDANI, 1994).

Pode-se observar no gráfico abaixo o número de pessoas nas famílias dos entrevistados, 34% são de apenas três pessoas que incluem o entrevistado e

mais três, já 13% são constituído por famílias de uma pessoa, o entresvitado e mais um sendo essa muitas vezes a família formada por recém casados, ou por casais separados/divorciados que vivem apenas com o filho(a).

Figura 8 – Quantas pessoas da família moram com o entrevistado.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

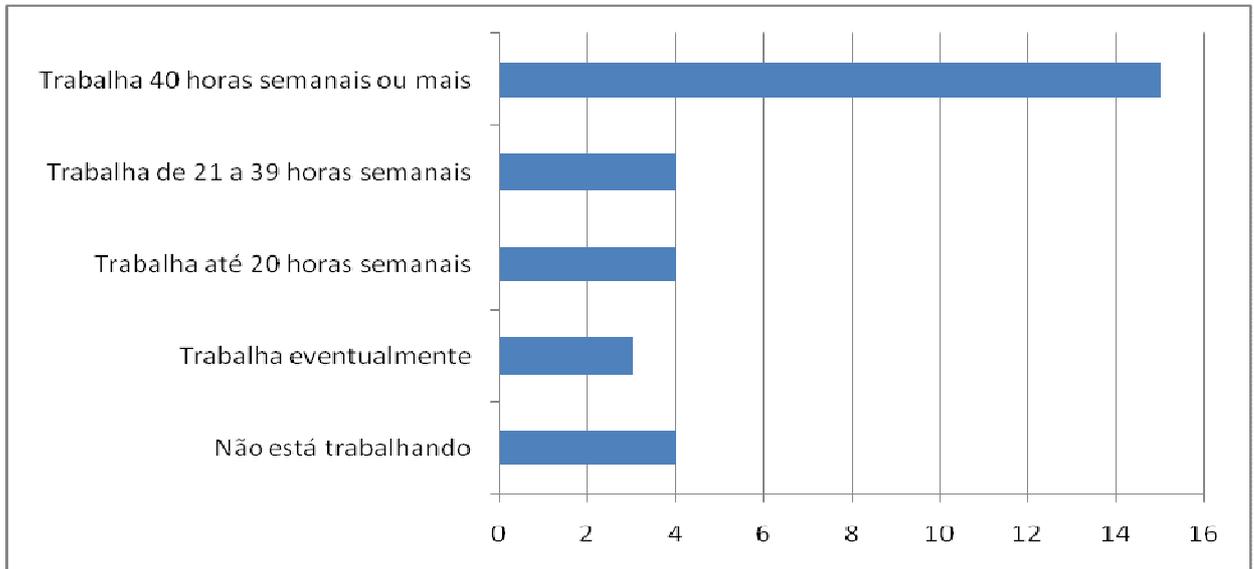
Com as mudanças ocorridas nas famílias brasileiras no últimos 20 anos houve também mudanças no mercado trabalho, o mundo passa a cada década por grande avanços tecnológicos, mudanças na política e na construção social, isso tudo reflete diretamente na empregabilidade da sociedade. A educação se apresenta como prioridade entre a maioria da população, se ve nela o desenvolvimento e crescimento financeiro e social (SEVERINO, p 65, 2000).

[...] o país está com uma das mais altas concentrações de renda do mundo, medida pelo índice de Gini e que se expressa da seguinte maneira: enquanto os 20% mais pobres precisam distribuir entre si apenas 2,5% da renda do país, os 20% mais ricos se locupletam com 63,4%, ou seja, no Brasil, 30 milhões de pessoas precisam sobreviver com a pequena fatia de 2,5% e outros 30 milhões dispõem de 63,4% para o mesmo fim. O PIB anual per capita dos 20% mais ricos é de US\$ 18.563,00, enquanto o dos 20% mais pobres é de apenas US\$ 578,00, portanto, 32 vezes menor. Embora o país tenha enriquecido nos últimos anos, não conseguiu transformar esta riqueza em maior expectativa de vida e em educação (SEVERINO, p 67, 2000).

Abaixo se pode observar que um total de quinze dos trinta entrevistados trabalha 40 horas semanais ou mais, ou seja, trabalham de segunda-feira á sexta-feira alguns aos sábados, em horário integral, e no período noturno ocupam uma sala de instituição de ensino superior, pois visam na graduação seu crescimento

financeiro e social como citado acima por Severino (2000). Apenas quatro pessoas dos trinta pesquisados não trabalham e se dedicam integralmente aos estudos.

Figura 9 – Jornada de trabalho do entrevistado.



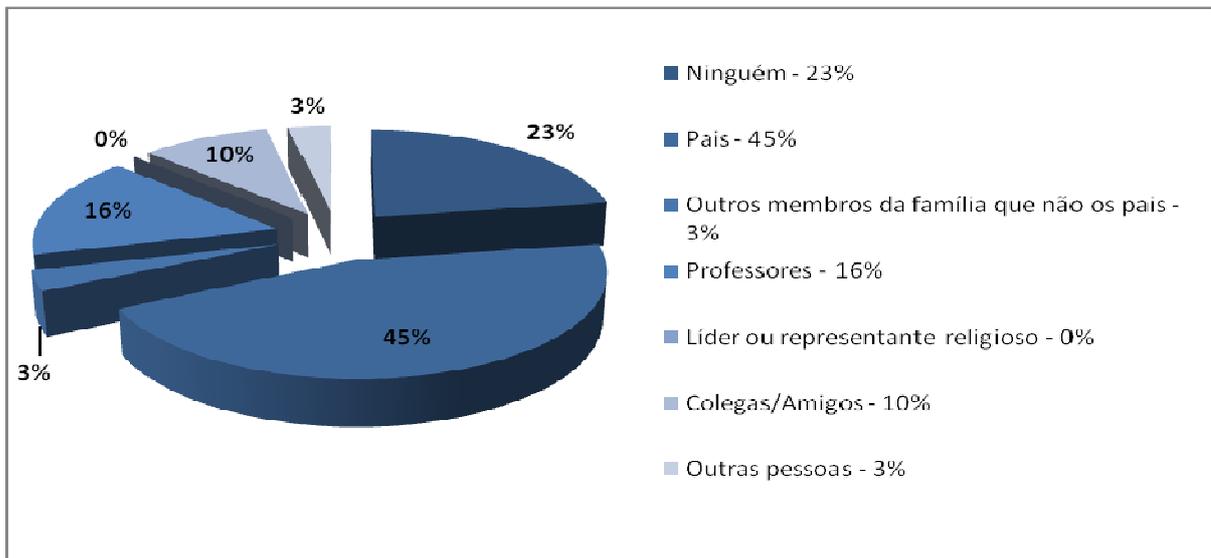
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

Como condição para obtenção do PROUNI o acadêmico tem que cursar o ensino médio em escola pública ou em escolar privada com a condição de bolsista, das trinta pesquisas aplicadas um total de vinte e uma, responderam que cursaram todo o ensino médio em escola pública, cinco cursaram a maior parte também em escola pública, apenas dois cursaram todo o ensino médio em escola particular e também apenas dois a maior parte em escola privada.

Como modalidade de ensino concluída 27 dos trinta entrevistados cursaram o ensino médio tradicional, dois cursaram profissionalizante/técnico, e um educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo. Isso nós mostra que em grande maioria os bolsistas parciais ou integrais do PROUNI são oriundos de ensino público brasileiro, e visam no PROUNI a oportunidade de ingressar no ensino superior.

Tanto para o ingresso como para a permanência no ensino superior o jovem/adulto precisa de incentivo, sem ele o caminho se torna mais longo e difícil. Com isso a seguinte pergunta foi apresentada aos pesquisados “Quem mais lhe incentivou a cursar a graduação?”, com um total de 45% os pais são os maiores incentivadores, sendo seguido pelos professores com 16%, já 23% não recebeu ou recebe incentivo de ninguém, a vontade de ingressar e permanecer no ensino superior surgiu do próprio estudante.

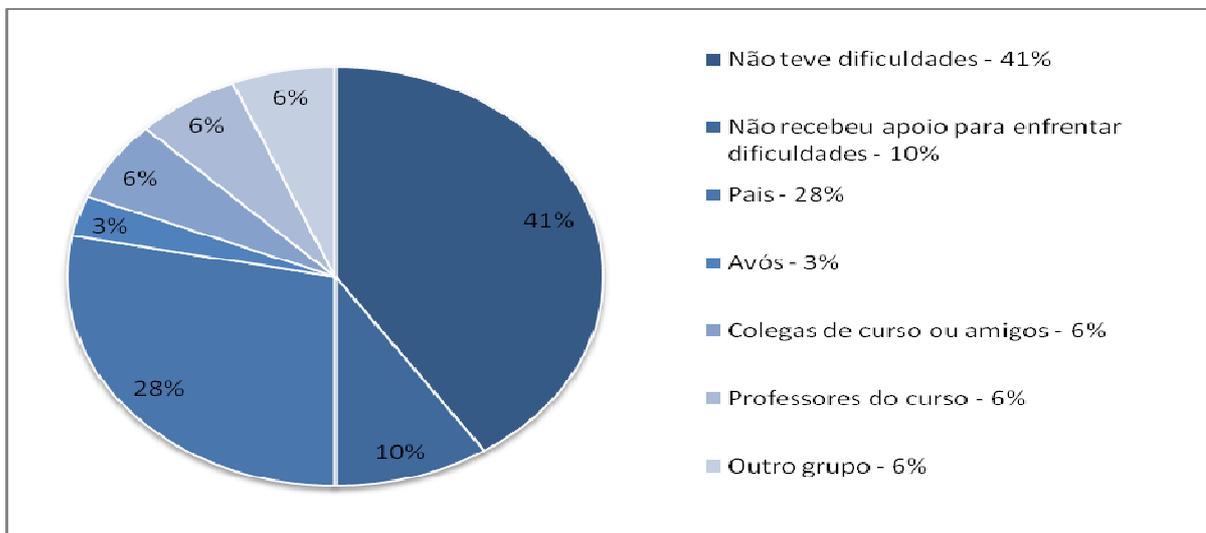
Figura 10 – Incentivadores para o ingresso no ensino superior.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

Mesmo que alguns acadêmicos tenham recebido incentivos para o ingresso ao ensino superior, para alguns houve fatores que fizeram repensar a graduação, segue abaixo o demonstrativo de grupos que os ajudarão a enfrentar tal fatores. Um grande porcentagem disse não enfrentar dificuldade no decorrer do curso, 28% colocou os pais como fator determinante para enfrentar as dificuldades, professores e colegas/amigos ficarão com 6%, 10% disse não receber apoio de ninguém, tendo que enfrentar sozinho tais dificuldade impostas tanto pela universidade quanto por fatores sociais.

Figura 11 – Grupos determinantes para o acadêmico enfrentar dificuldades.



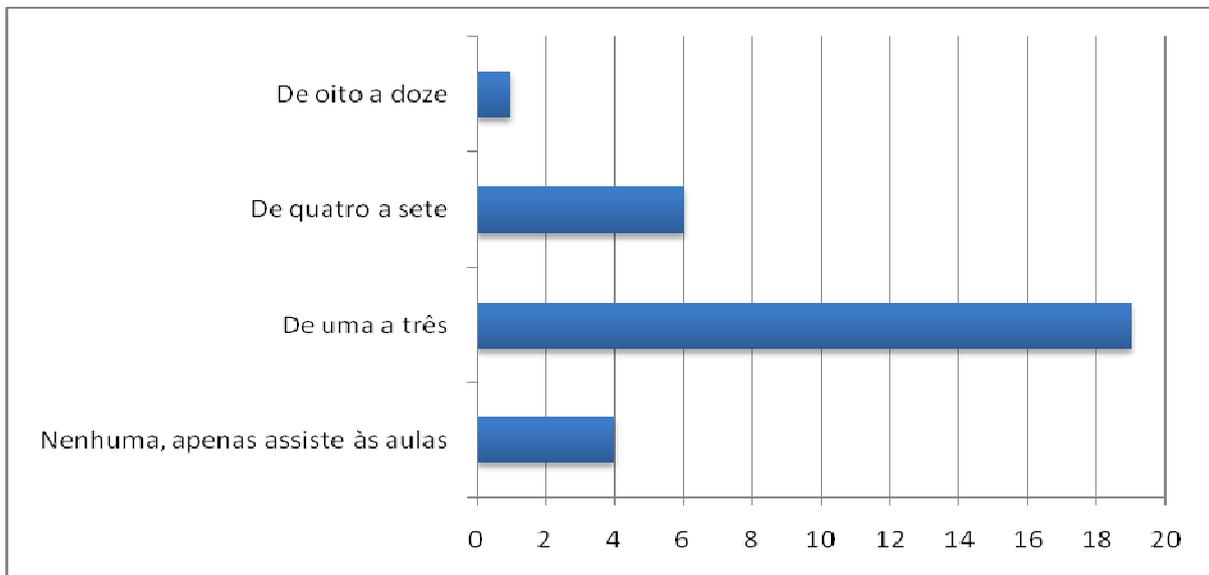
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

Hoje os acessos ao ensino superior para alunos de classes baixas foram facilitados, para Zago (2006) a dez anos atrás as coisas eram um pouco diferentes, com vestibulares competitivos e poucas oportunidades, uma pequena parcela da população tinha acesso ao ensino superior, em 2005 por exemplo tinham 10,54 alunos para cada vaga na UFSC em Santa Catarina, nas instituições privadas os valores das mensalidades eram altas em vista do que as famílias podiam desembolsar, por isso vagas tão disputadas em universidades federais.

Durante a pesquisa os alunos foram questionados sobre a escolaridade de seus familiares, incluindo nos familiares quem morasse com eles, quinze dos trinta entrevistados tinha alguém na família formado em alguma graduação, os outros 15 não tinham ninguém na família.

Devido a dias corridos onde alguns trabalham mais de 40 horas semanais foi apresentado o seguinte questionamento ao entrevistados “Quantas horas por semana, aproximadamente, você se dedica aos estudos excetuando as horas em sala de aula?”, 19 responderam que estudam de uma a três horas por semana, 6 de quatro a sete horas, 4 apenas assistem as aulas, e 1 estuda de oito á doze horas.

Figura 12 – Horas semanais dedicadas aos estudos.



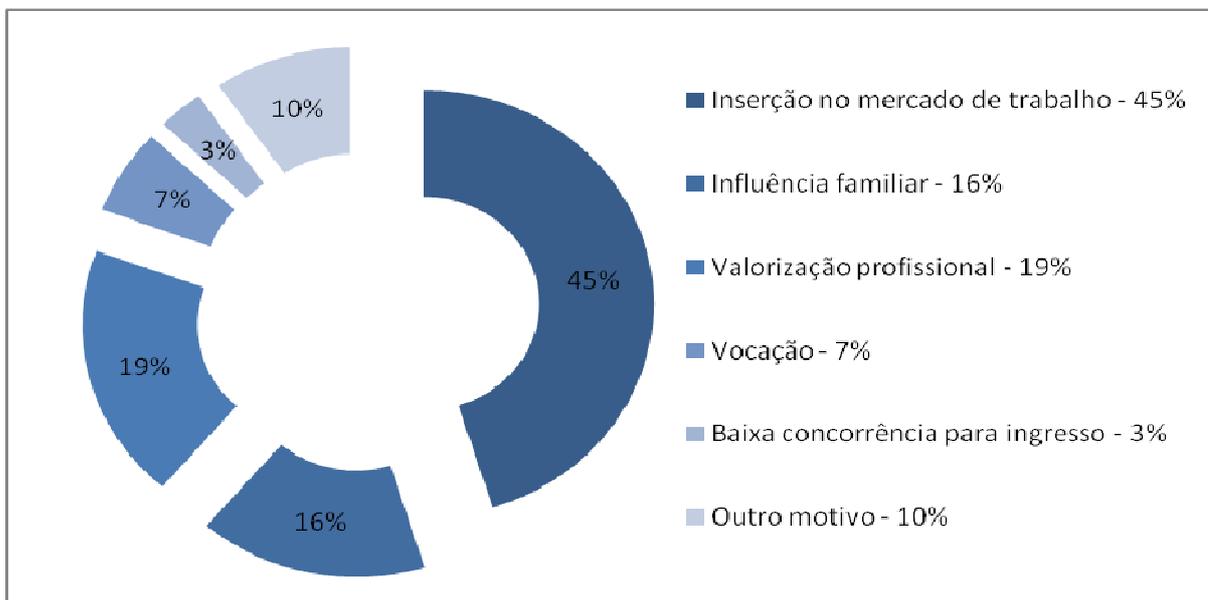
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

É de grande importância a escolha da carreira a seguir, o estudante antes de prestar vestibular ou se matricular passar por um grande dilema, há uma decisão a ser tomada que implicará em seu futuro e seus sonhos. Quais motivos levam as pessoas á decidirem qual curso seguir, serão motivos individuais como a realização

de um sonho, ou apenas a grande pressão que o mercado de trabalho e familiares impõem sobre os mesmo. No início se busca a informação sobre o curso, informações com professores e pessoas já formadas, todos esses fatores influenciam nas decisões de escolha (SOARES, 2007).

Dentre os 30 pesquisados, 45% escolheu o curso de Administração ou Administração com Habilitação em Comércio Exterior pois viu nele a inserção no mercado de trabalho, 19% buscou a valorização profissional que o mercado tanto exige, 16% foram influenciados por familiares, alguns viram no curso a vocação, outros tiveram como fator determinante a facilidade para se ingressar, 10% escolheu por outros motivos, como dar continuidade a empreendimentos dos país, onde o mesmo viu a necessidade de uma graduação, ou também pelo fato de ter ingressado via bolsa de estudo ofertada apenas no respectivo curso. No gráfico abaixo pode se observar em mais detalhes os motivos de escolha dos alunos bolsistas do PROUNI.

Figura 13 – Motivo para escolha do curso de graduação.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2016).

De acordo com as repostas observa-se que os alunos bolsistas do PROUNI em sua maioria trabalhando mais de 40 horas durante uma semana, com pouco tempo para se dedicar aos estudos.

Nas últimas décadas houve um crescimento significativo no número de vagas, instituições e cursos. O Brasil passa por um processo de democratização do

ensino superior, que serve de estudo para a sociedade envolvida. O aluno não pode ficar a merce da própria sorte dentro de uma instituição de ensino, devem haver incentivos para sua permanência, tanto no início da graduação, quanto no decorrer da mesma (SEGENREICH, 2009).

4.3 A permanência na perspectiva dos estudantes: uma visão dos usuários do PROUNI.

Nas duas últimas décadas houve uma mudança no ensino superior e na forma que as classes baixas a vêm. No ano de 2006 9% nos estudantes de ensino superior eram jovens de 18 a 24 anos vindos de classes baixas, sendo esses percentuais mais baixos da América Latina. Até aquele ano a expansão da educação não tinha atingindo as classes menos favorecidas, o ensino superior ainda era dominado por jovens e adultos de classes altas e com estabilidade financeira para bancar o ensino superior (ZAGO, 2006).

Já nos dias atuais vemos o ensino superior disputado igualmente por alunos oriundos de classes baixas. Com isso podemos destacar que nem sempre só o ingresso no ensino superior é importante, mas também a permanência. O Guia do Estudante (2011) destacou que evasão no ensino superior chegou a 900 mil estudantes no ano de 2011. Para Lobo (2012) essa evasão se da devido à baixa qualidade do ensino básico, escolha precoce da carreira a seguir, dificuldades financeiras e de mobilidade, falta de preparação de docentes para lidar com alunos, e um dos fatores mais importantes é a falta de pressão para combater a evasão nas instituições de ensino superior.

Com isso a segunda pesquisa desenvolvida com cinco estudantes do curso de Administração e Administração Habilitação em Comércio Exterior que responderam também o questionário anterior, permite a identificação da visão dos mesmos perante as ações desenvolvidas pela universidade para sua permanência. Nesse sentido, a partir do roteiro apresentado aos estudantes, foi possível extrair algumas considerações importantes sobre esse elemento, já que é um aspecto fundamental para o fortalecimento do curso que é objeto de pesquisa.

A primeira pergunta feita aos pesquisados se relaciona com as ações de incentivo a permanência nas atividades acadêmicas efetivas, que de acordo com a

LDB (1996), são as atividades desenvolvidas para o cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios, vulgarmente conhecidos como disciplinas. Foi possível identificar que, no geral, o curso vem promovendo a permanência dos acadêmicos de forma dinâmica, isso pode ser comprovado na fala do ENT1:

“O curso incentiva a minha permanência através de palestras, eventos acadêmicos, viagens de estudo, isso faz com que nós tenhamos um ensino mais extenso, não ficando apenas nas aulas teóricas dentro da sala, que se tornam cansativas durante o tempo” (ENTREVISTADO 1).

O ENT2 segue a mesma linha, destacando que workshops, cursos, e viagens técnicas são de suma importância para agregar no aprendizado, e fornecer a experiência para os acadêmicos. Já o ENT3 cita que palestras voltadas para a área administrativa, trazendo empresários da região, do estado ou do país são muito importantes, pois fornece aos alunos conhecer a área que pretende atuar, e ver na prática como a mesma funciona.

O ENT4 cita a importância dos professores para a permanência dos acadêmicos, sua resposta é a seguinte:

“Acho que um dos incentivos de permanência são os professores, quando tenho uma aula com um professor que agrega bastante conteúdo fico animada e desenvolvo as atividades da melhor forma possível, pois me espelho nele e desejo chegar onde ele está, mas se o professor é ruim e da uma aula cansativa fico bem desanimada, então vejo nos professores um dos incentivos importantes, e hoje o curso conta com professores ótimos em sua maioria, me incentivando a continuar e poder chegar aonde eles chegarão” (ENTREVISTADO 4).

Diante disso Viana e Valente (2009) citam que diferente dos professores do ensino básico os do ensino superior não se dedicam apenas a lecionar, muitas vezes exercem outras profissões, mesmo sendo Mestres e Doutores nem sempre tem aproximação suficiente com os alunos, ou não dominam as abordagens corretas, o que os limita a não exercer a docência com a mesma habilidade que exercem sua profissão de origem.

Por fim, o ENT5 confirma o que os de mais já propuseram reforçando a importância de workshops, palestras, viagens, cursos extracurriculares, semanas acadêmicas com conteúdo, tudo isso se torna fator determinante para a permanência do aluno no curso de graduação.

A segunda questão abordada questiona os entrevistados sobre as ações que a universidade desenvolve para permanência. Como a universidade não possui

um PDI estabelecido a visão do estudante sobre isso é de grande importância. Com isso o ENT1 deu seguinte fala:

“Hoje não vejo a UNESCO desenvolvendo muito esse lado diante dos alunos, o maior incentivo que vejo da universidade e a estrutura que ela fornece, e algumas campanhas na TV e na internet” (ENTREVISTADO 1).

Contrapondo a fala do ENT1 o ENT2 fala que a universidade tem sim incentivos, e destaque os estágios não obrigatórios que a mesma fornece, palestras e congressos. Na mesma linha de raciocínio o ENT3 fala que os eventos preparados pela universidade são de grande incentivo, e que a mesma estimula os alunos a ingressarem por meio de bolsas de estudo ou conseguirem no decorrer da graduação.

O ENT4 não soube opinar sobre o assunto, já o ENT5 complementa a fala do ENT1 dizendo que as ações que a universidade desenvolve até o momento não mudam a opinião de permanecer ou não na instituição, pois estrutura e corpo docente de qualidade são requisitos básicos de uma instituição do porte da UNESCO.

As políticas de permanência têm como objetivo fortalecer o envolvimento da comunidade acadêmica junto à universidade, e para isso é de grande importante a participação dos estudantes. Hoje o PDI da universidade cita apenas que os objetivos da instituição perante esse assunto são os seguintes “Comprometimento com o ingresso e a permanência dos alunos na graduação, por meio da qualidade de ensino, visando à redução dos índices de evasão: consiste na superação dos fatores originários da evasão, por meio da criação e implementação de estratégias e ações acadêmicas e financeiras” (UNESCO, 2016).

Diante disso a o terceiro questionamento apresentado aos entrevistados foi o seguinte “Você conhece as políticas de permanência da universidade? Em afirmativo quais são as ações que melhor se adequam a sua realidade? Em caso negativo, o que a universidade deveria fazer para divulgar essas ações?”. Como a universidade não possui políticas de permanência claras e objetivas podemos comprovar esse fato a partir da fala do ENT1:

“Não conheço as políticas de permanência da universidade, na verdade nunca ouvi falar delas acho que a universidade podia divulgar através do site de um jeito mais claro para o entendimento dos alunos, e também através de palestras nos cursos.” (ENTREVISTADO 1).

Os ENT2 e ENT3 falam que também não conhecem as políticas de permanência e que a mesma devia ser divulgada através do site, em forma de edital

com maior destaque, divulgada também nos murais pela universidade, nas redes sociais, e em palestras desenvolvidas pela instituição. O ENT4 da sua opinião perante o que ele pensa que sejam as políticas de permanência na universidade:

“Penso que conheço as políticas em parte, e acho que deviam ser mais divulgadas, a universidade poderia passar as informações para as coordenações dos cursos e elas passarem as informações para nós, e além de serem divulgadas deveríamos ver em prática.” (ENTREVISTADO 4).

O ENT5 disse também não conhecer e propôs que fossem divulgadas nas salas, em ações noturnas. Isso nos mostra que a universidade em questão precisa reaver suas políticas e divulgá-las para os acadêmicos, pois eles são parte da universidade e sem acadêmico não há permanência.

A questão quatro aborda aos entrevistados com o seguinte questionamento “Como a universidade e o curso se portam perante o bolsista do PROUNI? Por exemplo, com atendimento, renovação semestral, entre outros”. O ENT1 diz o seguinte:

“Sempre sou bem atendido, tanto no curso quanto na universidade, não vejo distinção por eu ser bolsista, única coisa que pede melhoria é a questão da renovação, tem semestre que perco metade da aula na Centac esperando pra ser atendida, deviam ser mais dias para renovar, porque tem bastantes alunos bolsistas.” (ENTREVISTADO 1).

Os ENT2 e ENT3 disseram não haver distinção por ser bolsistas, e relatam serem bem atendimentos em todos os departamentos da universidade, atendimentos sempre rápidos e práticos. O ENT4 diz o seguinte:

“Penso que deveriam divulgar as datas de renovação com mais antecedência, porque muita gente trabalha e acaba não tendo tanto tempo livre para ir atrás dos documentos necessários, e diminuir as filas na Centac nos dias de entregas de documentos, pois perder aulas às vezes importantes é complicado, e levar falta também, porque tem professores que não perdoam.” (ENTREVISTADO 4).

O ENT5 assim como os demais relata o bom atendimento, sem diferenciação de gênero. Com isso podemos perceber que a universidade exerce um bom papel perante os bolsistas, precisando apenas de alguns ajustes. O bom convívio entre universidade e acadêmico é suma importância, alunos bolsistas oriundos de classes baixas têm o mesmo tratamento que alunos pagantes da mensalidade, sem distinção cor, gênero e classe social.

4.4 UMA AÇÃO PROPOSITIVA: FORTALECENDO A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

O processo de democratização da educação é longo e complexo, durante as duas últimas décadas o governo vem criando programas para expandir a educação pública e diminuir a evasão escolar, pois o ingressante do ensino superior necessita de uma base sólida dos ensinamentos básicos que passou. Diante disso surge uma preocupação em relação à qualidade das instituições de ensino superior perante o grande número de alunos que ingressam todos os anos tanto em instituição privada como pública. Outro fator preocupante é a permanência dos mesmos, o número de egressos sendo esses aqueles que não chegam à conclusão do curso perante o número de ingressantes é muito maior, por isso é preciso investir na permanência dos acadêmicos, a criação de programas que ajudem o universitário a enfrentar as necessidades da vida em uma instituição de ensino superior, é de suma importância (CAÔN; FRIZZO, 2010).

Diante disso foram questionados os entrevistados sobre as ações que a universidade poderia desenvolver para incentivar a permanência dos acadêmicos, o ENT1 cita o seguinte:

“A universidade poderia integrar os cursos, e envolver mais os acadêmicos nas atividades, apresentar mais atividades dinâmicas, pois isso incentivaria os alunos a continuar, às vezes só as aulas não são suficientes para que a gente continue na graduação” (ENTREVISTADO 1).

Confrontando a opinião do ENT1 o ENT2 fala que a universidade não precisa de ações para incentivar a permanência, pois hoje a procura por ensino superior é bastante elevada, e ter a graduação é de grande importância para todos. O mesmo pensa que o aluno tem que se manter motivado por princípios próprios. Já o ENT3 dá a seguinte resposta:

“Acredito que continuar focando em atenção especial para os acadêmicos é o caminho ideal, continuar mantendo e inovando os eventos que já tem também é importante, fazer os acadêmicos tanto os bolsistas quanto os mensalistas se sentir importante e lembrado.” (ENTREVISTADO 3).

Tanto o ENT4 quanto o ENT5 compartilham da mesma opinião dizendo que a universidade deve desenvolver ações mais claras para o incentivo dos alunos, fazendo os cursos se integrarem, e incentivando a participação, pois apenas encaminhar e-mails não é o suficiente.

Segundo Caôn e Frizzo (2010), as diferenças entre os cursos de graduação são grandes, e na hora da escolha o acadêmico passa por um momento de dúvida, pois ali serão decididos seus próximos anos de estudo e sua carreira a seguir, a origem social exerce grande influência na hora da escolha, alunos de baixa renda em sua maioria optam por cursos menos concorridos, pois carreiras prestigiosas pedem investimentos de bases escolares, e cursinhos pré-vestibulares entre outros. Mas isso não impede alunos de classes baixas terem carreiras brilhantes, tudo que é feito com dedicação e esforço gera resultados. E com o incentivo necessário vindo da universidade e do curso a evasão escolar pode ter diminuição.

Com isso foi questionado os acadêmicos de que tipos de ações o curso poderia desenvolver para incentivar a permanência dos estudantes nas atividades acadêmicas efetivas. O ENT1 diz o seguinte:

“O curso poderia nos envolver mais em atividades de grupo, vemos alguns cursos da universidade que integram os alunos de uma forma muito legal, com caminhadas, concursos culturais, devia nos incentivar a participar, pois às vezes fazem as coisas, mas nem divulgam, ou colocam coisas que não é interesse de todos, ou que está muito batido.” (ENTREVISTADO 1).

O ENT2 completa a fala do ENT1 dizendo o seguinte:

[...] aulas dinâmicas e que nos fazem usar tudo que aprendemos em sala de aula na prática é super importante e incentiva bastante os alunos, viagens acadêmicas também são importantes, não necessariamente precisa ser para longe, esse semestre, por exemplo, foi desenvolvida a viagens para os vales da Uva Goethe, foi muito importante o conhecimento que tivemos e foi interessante para conhecermos a nossa região, deveria ter mais viagens desse gênero. (ENTREVISTADO 2).

Já os ENT3 e ENT4 dizem que estão satisfeitos como o curso se apresenta para eles, as palestras, workshops, e semana acadêmica são de extrema importância para incentivar a permanência, e sempre tem ótimos conteúdos ao alcance dos estudantes, único ponto negativo para eles é a falta de mini cursos com temas que agreguem e ajudem os alunos dentro da graduação, como por exemplos mini cursos de pacote Office, e de manuseamento da calculadora HP. O ENT5 diz que o curso não precisa de incentivos para manter os acadêmicos, só a boa estrutura do campus e o corpo docente de qualidade são suficientes.

Para Ferreira (2011) o ensino superior era visto como um meio de formar habilidades para se exercer em funções e cargos, hoje o ensino superior é visto

como porta de entrada para o mercado de trabalho ter o diploma de graduação é um ponto a mais na corrida por uma boa vaga, com isso pode-se perceber que a demanda elevada na educação se deu por meio da mudança no mercado de trabalho nacional. O PROUNI veio como meio de acelerar o plano nacional da educação, e levou a estudantes de classes baixas ao ensino superior.

Desde a criação do PROUNI até os dias atuais o programa já evolui e contemplou milhares de jovens e adultos, com isso a seguinte pergunta foi apresentada aos bolsistas entrevistados, “Que recomendações você daria a universidade e ao curso para melhorar as condições para os estudantes bolsistas?”. O ENT1 deu a seguinte fala:

“Penso que a universidade tem que ser mais transparente com os bolsistas, fazer reuniões pra explicar como andam as bolsas, explicar como funciona a renovação para os novos, às vezes durante uma renovação fico perdida, pois a Centac e Cpae estão abarrotadas de gente, pra tirar uma duvida é meia hora, e quando fui me candidatar a bolsa foi ainda pior, não sabia nada e os editais me deixavam mais confusa.”(ENTREVISTADO 1).

Completando a fala do ENT1 o ENT2 fala que deve haver melhoria na renovação da bolsa, pois todo semestre todos passam o mesmo trabalho, em relação a demora de atendimento e editais confusos. O ENT3 disse não saber apresentar recomendações, pois acha que da maneira que é feita está bom.

O ENT4 diz o seguinte:

“ Acredito que as condições já são adequadas, afinal não existe distinção na forma como nos bolsistas somos tratados e de como alunos pagantes são. Sendo assim não nos sentimos diferentes dos demais. Penso que tanto a universidade quanto o curso deveriam nos explicar melhor como o programa funciona ter reuniões semestrais seria de extrema importância.”(ENTREVISTADO 4).

Para finalizar assim como os demais entrevistados o ENT5 pede transparência da universidade, melhorias nos processos de renovação, reuniões com os bolsistas para que os mesmo apresentem seus questionamentos, e possam ajudar na melhoria tanto da universidade quanto do curso.

Com essa pesquisa pode-se perceber como a universidade e o curso se portam perante os alunos bolsistas e mostra também ações que podem ser desenvolvidas pelas mesmas para a melhoria.

5 CONCLUSÃO

O cenário da educação passou por grandes mudanças nas últimas décadas, uma dessas mudanças foi à criação do Programa Universidade para Todos PROUNI. No ano de 2004 o mesmo entrou em vigor fornecendo bolsas de estudo em instituições privadas, gerando benefício para milhares de jovens e adultos vindos de classes baixas a ingressarem no ensino superior. Ferreira (2011) fala que os alunos contemplados vêm no PROUNI a chance de concretizar sonhos, como o de um bom emprego, boa instabilidade financeira e também a chance de se inserir na sociedade. Mesmo contemplado com a bolsa o acadêmico passa por algumas dificuldades para sobreviver dentro da instituição, dificuldades essas de cunho financeiro e também cognitivas.

O PROUNI tem também a função de expandir a formação de professores para a educação pública nacional, fornecendo bolsas de estudos integrais nos cursos de licenciatura, onde a forma de ingresso é mais facilitada do que nos demais cursos de graduação, isso acontece devido à grande falta de professores no ensino público (FERREIRA, 2011).

A Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC caracterizada como uma universidade comunitária sendo essa toda e qualquer instituição mantida sem fins lucrativos, onde todo o dinheiro arrecadado volta para a mesma em forma de investimentos tanto em infra-estrutura como na melhoria de cursos. A UNESC fica rodeada por 45 municípios com mais de 800 mil habitantes, sendo ela um dos pólos da educação na região. A mesma hoje não apresenta políticas institucionais para a permanência dos estudantes, o Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) cita apenas o comprometimento entre a universidade e o acadêmico por meios de qualidade de ensino e estratégias acadêmicas e financeiras.

Já o curso de Administração na UNESC foi trazido devido à grande demanda que a região estava solicitando, a mesma estava passando por um grande crescimento financeiro e também a abertura de setores até então pouco explorados como o cerâmico e o têxtil. Hoje o curso de administração conta com um corpo docente de qualidade com duração mínima de quatro anos, conta também com workshops, palestras, viagens acadêmicas, tudo para aproximar o acadêmico da realidade do mercado de trabalho e do setor administrativo.

A presente pesquisa caracterizou a universidade comunitária e o curso de administração perante as atividades desenvolvidas para permanência dos acadêmicos, durante o levantamento de dados sobre o perfil desses estudantes bolsistas, pode-se observar que os mesmos são de grande maioria de estado civil solteiros, vindo de famílias com baixa escolaridade, apenas uma pequena parcela dos entrevistados tem os pais graduados e pós-graduados, com as dificuldades enfrentadas no passado para se ingressar no ensino superior, tendo 10% dos pais pós-graduados e 20% das mães é um expressivo número. Mesmo que os pais tenham passado por dificuldades para estudar ou na maioria dos casos nem concluíram os estudos, o maior incentivador para o acadêmico ingressar e permanecer no ensino superior foram os pais.

Outro dado relevante é o número de pessoas que moram com os bolsistas, nas últimas duas décadas houve uma diminuição no tamanho das famílias brasileiras, onde antigamente eram compostas por grande número de filhos. Nas famílias dos entrevistados pode-se observar que são compostas por o bolsista e mais três pessoas com um total de 34% das entrevistas.

Entre estudos e a família o bolsista também dedica seu tempo ao trabalho, quinze dos trinta entrevistados trabalham mais que 40 horas semanal isso acarreta em uma diminuição nas horas dedicadas ao estudo, alguns relataram que apenas assistem às aulas e fazem trabalhos solicitados, pois o tempo é escasso. Mesmo passando por escassez de tempo o estudante vê na graduação a inserção no mercado de trabalho e a valorização profissional.

Diante disso, este trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos estudantes perante a universidade e o curso, e também sugerir alternativas para o fortalecimento da permanência dos estudantes. Tudo isso caracterizado de forma ampla e clara.

REFERENCIAS

ABMES. **Políticas para a educação superior propostas do setor privado.** Brasília: Abmes, 2006. 40 p

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **USP para todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública.** São Paulo: Musa/FAPESP, 2009.

ALMEIDA, Wilson, Mesquita. **Os herdeiros e os bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo.** São Paulo, 2015, 85-100 p.

ALMEIDA, Leandro de et al. **DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E DO SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS REALIDADES DE PORTUGAL E DO BRASIL.** Avaliação Campinas, Sorocaba, p.899-920, nov. 2012.

APPOLINARIO, Fabio. **Metodologia da Ciência, filosofia e prática da pesquisa.** São Paulo: Editora Thomson 2006. 209 p.

AMPESC. **Histórico do artigo 170.** Disponível em: <<http://www.ampesc.org.br/index.php>> Acesso em 12 de abril de 2016.

BONETI, L. W; GISI, M.L. **As desigualdades sociais e as políticas de acesso à educação superior no Brasil.** Unijuí: Ijuí, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARREYRO, Gladys Beatriz. ROTHEN, José Carlos. **PARA UMA HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO PARU, CNRES, GERES E PAIUB.** São Paulo, 2008. p 131-152.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e B. Lei n 9.394/96,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição estadual (1989). Da educação cultura e desporto – Ensino superior da constituição do estado, Art. 170.** Florianópolis SC, 1989.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, p.611-614, out. 2004.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Estudo comparado sobre a expansão do ensino superior: Brasil e Estados Unidos.** São Paulo, 2007, p. 42.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior.** São Paulo, 2006, 979-1000 p.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira.** MEC/INEP, 2013.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira.** MEC/INEP, 2014.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina F. **Acesso, equidade e permanência no ensino superior: Desafios para o processo de democratização da educação no Brasil.** Uberaba, 2010, 15 p.

CEZIRA; Maria; BÓGUS; Claudia. **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde.** São Paulo, 2004. 57 p.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística.** São Paulo: Edgard Blucher, 1977. 264 p.

CONCEITO.COM. **Conceito de limitação.** Disponível em: <<http://conceito.de/limitacao>> Acesso em 11 de maio de 2016.

COMIN, A. A.; BARBOSA, R. J. **Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil.** *Novos Estudos CEBRAP*, 2011, p. 75-95.

CORBUCCI. Paulo Roberto. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: Da deserção do estado ao projeto de reforma.** Campinas, 2004, 677-701 p.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, CRA/SC. **Cursos de graduação.** 2013. Disponível em: <http://www.crasc.org.br/crasc/portal/interna.php?secao_id=101> Acesso em 05 de maio de 2016.

DAUSTER, Tânia. **“Uma revolução silenciosa”: notas sobre o ingresso de setores de baixa renda na universidade.** Caxambu, 2003, p. 1-22.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Editora Cortez 1998. 288 p.

DIAS SOBRINHO, José. **DEMOCRATIZAÇÃO, QUALIDADE E CRISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: FACES DA EXCLUSÃO E LIMITES DA INCLUSÃO***. In: **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA "OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS DE REGULAÇÃO"**, 2., 2009, Campinas. Cedes, 2010. p. 1223 - 1245.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulamentações e reforma universitária no Brasil.** Buenos Aires, 2008.

FÁVERO, Maria, Lourdes, Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens a Reforma Universitária de 1968.** Curitiba: Editora UFPR, 2006. 36 p.

FERREIRA, Darlene Ap. de O. **Fundamentos Metodológicos da Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** Uberlândia: Vera Lúcia Salazar Pessôa, 2007. 32 slides, color.

FERREIRA, Karin Terrell. **PROUNI: Trajetórias.** São Carlos, 2011, 166 p.

FILHO, R. M.; OLIVEIRA, R. P.; CAMARGO, R. B. **Tendências da matrícula no ensino fundamental regular no Brasil.** In: OLIVEIRA, C. et al. *Municipalização do Ensino no Brasil: algumas leituras.* BH: Autêntica, 1999, p. 37-60.

FIEBIG, Evelyn Quadros. **Avaliação de Cursos de Graduação em Administração: proposta de uma metodologia a partir de um estudo de caso em Florianópolis focalizando o consumidor no papel de acadêmico.** 2006. 103 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Administração, Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GRAHAM JR, Cole B.; HAYS, Stevem. **Para administrar a organização pública.** Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GIOLO, Jaime. **Universidade e Compromisso Social. Educação superior em debate.** Ministério da educação. Brasília – DF: Editora Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP/MEC), 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 184 p.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias brasileiras: Mudanças e perspectivas.** Núcleos de população (NEPO), Relações de Gênero (PAGU). Unicamp, 1994, 7-22p.

GUIA DO ESTUDANTE. **Cerca de 900 mil estudantes abandonam a faculdade antes de se formar.** Disponível em: < <http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/cerca-900-mil-estudantes-desistem-cursar-faculdade-todos-anos-brasil-617677.shtml>> Acesso em 12 de maio de 2016.

HIRANO, S. et al. **A universidade e a identidade da condição estudantil: um estudo sobre a situação socioeconômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP.** Temas IMESC, SP, v. 4, n.1, p. 83-108, 1987.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **INEP. ENEM.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem>> Acesso em 20 de abril de 2016.

KANITZ, Stephen. **Era do Administrador.** São Paulo, p. 21, jan. 2005, ano 38, n. 1886, 5 jan. 2005.

LEVINE, D. M.; et al. **Estatística: teoria e aplicações.** 5. ed. Rio de Janeiro: TLC, 2008. 752 p.

LOBO, Maria Beatriz C. Melo. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: Aspectos gerais das causas e soluções.** Instituto Lobo para desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. São Paulo 2012, p. 23.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

MATTAR, Fauze Najib, **Pesquisa de Marketing**, v. 1 e 2 – São Paulo: Editora Atlas 2005.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos.** 1. Ed. Editora Juruá. Curitiba, 2008.

MARTINS; Carlos. **O ensino superior brasileiro nos anos 90.** São Paulo, 2007. p. 60.

MARTINS, Carlos. **Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil 1952-1983.** Ciência e Cultura. São Paulo, v.41, n.7, p.663-676, jul. 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. **FIES.** Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>> Acesso em 12 de abril de 2016.

MOEHLECKE, S. **Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior: Excelência & Justiça Racial.** 2004. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

MUNDO VESTIBULAR. **Crédito Universitário.** Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/>> Acesso em 05 de março de 2016.

MASSUKADO-NAKATANI, M. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo: Amostragem.** 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.ufpr.br/drupal5/files/Aula%2022%20-%20Amostragem.pdf>> Acesso em: 10 de maio de 2016.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres.** Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em <www.fgv.br/cps/classe_media>.

NUNES, Edson. **Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro.** *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 103-147, 2007.

OLIVEN, Arabela, Campos, et al. **A Educação Superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – UNESCO – Caracas. Porto Alegre: Editora UNESCO, 2002. 332 p.

PATTON, M.Q. **Qualitative evaluation and research methods**. Newbury Park, CA. Sage Publications, 1990.

PORTAL MEC, **PROUNI Universidades para todos**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>> Acesso em 23 de novembro de 2015.

PORTO, Claudio. RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025**. Uma abordagem exploratória. 2003. Publicado por: Portal MEC.

PDI. **Plano de desenvolvimento institucional**. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Santa Catarina 2013-2017, 228 p.

PPC. **Projeto Pedagógico do curso**. Curso de administração. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 2015, 4 p.

PRAVALER CRÉDITO UNIVERSITARIO. **Conheça o crédito universitário**. Disponível em: <<http://www.creditouniversitario.com.br/>> Acesso em 15 de março de 2016.

REIS, Mauricio Cortez; RAMOS, Laura. **Escolaridade dos Pais, Desempenho no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. 205 p.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. São Paulo, 2014, 723-747 p.

SPOSITO, M. P.; ANDRADE, C. L. **O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso**. Cadernos de pesquisa, v. 57, p. 3-19, 1986.

SAMPAIO, H. LIMONGI, F.; TORRES, H. **Equidade e Heterogeneidade no Ensino Superior Brasileiro**. Brasília: Inep, 2000.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa, estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Ed: Penso 2011. 251 p.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. Ed. McGraw-Hill. São Paulo, 2006.

SANTANDER. **Santander Universidades**. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/br/>> Acesso em 22 de março de 2016.

SOUZA, A. C.; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. **TCC Métodos e Técnicas**. 1ª Ed. Florianópolis: Visualbooks, 2007.

SOARES, Maria Susana Arrosa et al. **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Porto Alegre: Unesco, 2002. 332 p.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. **PROUNI e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior**. São Paulo, 2009, 205-222 p.

SEVERINO, Antônio J. **EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA, a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico**. São Paulo, 2000, p 71.

SOUZA, A. C.; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. **TCC Métodos e Técnicas**. 1ª Ed. Florianópolis: Visualbooks, 2007.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte : UFMG, 2010.

SOARES, Maria Susana Arrosa et al. **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Caracas: Paralelo, 2002. 332 p.

SILVA, Edna Lúcia. **A Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Metodologia da Teoria Fundamentada**. Newbury 2011

TARTUCE, Gisela. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re) inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo**. 2007. 441f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

TAVARES, Diana Amado. **O superior ofício de ser aluno: manual de sobrevivência para calouros**. Lisboa: Sílabo, 2008.

UNESC, **Cursos de graduação, Administração**. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/40/>> Acesso em 23 de novembro de 2015.

VAHL, Rogério, Teodoro. **O acesso ao ensino superior no Brasil**. Santa Catarina, Florianópolis: Editora Lunardelli, 1980. 146 p.

VALENTE, Geilsa Soraia C.; VIANA, Ligia de Oliveira. **O ensino de nível superior no Brasil e as competências docentes: Um olhar reflexivo sobre esta prática**. Rio de Janeiro. 2009, 210-226 p.

VERGARA, Sylvia Constante. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001. 288 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991. Volume I, capítulo I e III, p. 3-35; 139-162. Volume II, p. 517-580.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. São Paulo, Ática, p. 79-127.

ZAINKO, M. A. **Políticas de Expansão e os desafios da Educação Superior no Brasil**. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; III ESBP – ABPp, 2009.

ZAGO, Nadir. **Do acesso á permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camada populares**. 2006. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONARIO 01 APLICADO AOS BOLSISTAS.

	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - Linha de Formação Específica em COMÉRCIO EXTERIOR	
---	---	---

Trabalho de conclusão de curso TCC 1
 Pesquisa com bolsistas do PROUNI (Programa Universidade para Todos)

PERGUNTAS

1 – Qual o seu estado civil?

- () A – Solteiro (a);
- () B – Casaco (a);
- () C – Separado (a) judicialmente/divorciado (a);
- () D – Viúvo (a);
- () E – Outro.

2 – Como você se considera?

- () A – Branco (a);
- () B – Negro (a);
- () C Pardo (a) / Mulato (a);
- () D – Amarelo (a) (De origem oriental);
- () E – Indígena ou de origem indígena.

3 – Qual sua nacionalidade?

- () A – Brasileira;
- () B – Brasileira naturalizada;
- () C – Estrangeira.

4 – Até que etapa de escolarização seu pai concluiu?

- () A – Nenhuma;
- () B – Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série);
- () C – Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano(5ª a 8ª série);
- () D – Ensino médio;
- () E – Pós – graduação.

5 – Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu?

- () A – Nenhuma;
- () B – Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série);
- () C – Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano(5ª a 8ª série);
- () D – Ensino médio;
- () E – Pós – graduação.

6 – Quantas pessoas da sua família moram com você? Considere seus pais, irmãos, conjugue, filhos e outros parentes que moram na mesma casa que você.

- () A – Nenhuma;
- () B – Uma;
- () C – Duas;
- () D – Três;
- () E – Quatro;
- () F – Cinco;
- () G – Seis;
- () H – Sete ou mais.

7 – Qual alternativa abaixo melhor descreve sua situação de trabalho (exceto estágio ou bolsas)?

- () A – Não estou trabalhando;
- () B – Trabalho eventualmente;
- () C – Trabalho até 20 horas semanais;
- () D – Trabalho de 21 a 39 horas semanais;
- () E – Trabalho 40 horas semanais ou mais.

8 – Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- () A - Todo em escola pública;
- () B - Todo em escola privada (particular);
- () C - Todo no exterior;
- () D - A maior parte em escola pública;
- () E - A maior parte em escola privada (particular);
- () F - Parte no Brasil e parte no exterior.

9 - Qual modalidade de ensino médio você concluiu?

- () A - Ensino médio tradicional;
- () B - Profissionalizante técnico (eletrônica, contabilidade, agrícola, outro);
- () C - Profissionalizante magistério (Curso Normal);
- () D - Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Supletivo;
- () E - Outra modalidade.

10- Quem mais lhe incentivou a cursar a graduação?

- () A – Ninguém;
- () B – Pais;
- () C - Outros membros da família que não os pais;
- () D – Professores;
- () E - Líder ou representante religioso;
- () F - Colegas/Amigos;
- () G - Outras pessoas.

11 - Algum dos grupos abaixo foi determinante para você enfrentar dificuldades durante seu curso superior e concluí-lo?

- () A - Não tive dificuldade;
- () B - Não recebi apoio para enfrentar dificuldades;
- () C – Pais;
- () D – Avós;
- () E - Irmãos, primos ou tios;
- () F - Líder ou representante religioso;
- () G - Colegas de curso ou amigos;
- () H - Professores do curso;
- () I - Profissionais do serviço de apoio ao estudante da IES;
- () J - Colegas de trabalho;
- () K - Outro grupo.

12- Alguém em sua família concluiu um curso superior?

- () A – Sim;
- () B – Não.

13 - Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedicou aos estudos, excetuando as horas de aula?

- () A - Nenhuma, apenas assisto às aulas;
- () B - De uma a três;
- () C - De quatro a sete;
- () D - De oito a doze;
- () E - Mais de doze.

14 - Qual o principal motivo para você ter escolhido este curso?

- () A - Inserção no mercado de trabalho;
- () B - Influência familiar;
- () C - Valorização profissional;
- () D - Prestígio Social;
- () E – Vocação;
- () F - Oferecido na modalidade a distância;
- () G - Baixa concorrência para ingresso;
- () H - Outro motivo.

APÊNDICE B – QUESTIONARIO 02 APLICADO AOS BOLSISTAS

	<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - Linha de Formação Específica em COMÉRCIO EXTERIOR</p>	
---	--	---

Trabalho de conclusão de curso TCC 1
Pesquisa com bolsistas do PROUNI (Programa Universidade para Todos)

PERGUNTAS

- 1- **Fale-me sobre as ações desenvolvidas pela Universidade para incentivar sua permanência nas atividades acadêmicas efetivas?**

- 2- **Fale-me sobre as ações desenvolvidas pelo curso para incentivar sua permanência nas atividades acadêmicas efetivas?**

- 3- **Você conhece as políticas de permanência da Universidade? Em afirmativo, quais são as ações que melhor se adequam a sua realidade? Em caso negativo, o que a Universidade deveria fazer para divulgar essas ações?**

- 4- **Como a universidade e o curso se portam perante o bolsista do PROUNI? Por exemplo, com atendimento, renovação semestral, entre outros.**

- 5 - **Que tipo de ações a Universidade deveria desenvolver para incentivar a permanência dos estudantes nas atividades acadêmicas efetivas?**

- 6- **Que tipo de ações o Curso deveria desenvolver para incentivar a permanência dos estudantes nas atividades acadêmicas efetivas?**

- 7- **Que recomendações você daria a Universidade e ao Curso para melhorar as condições para os estudantes bolsistas do PROUNI?**